



Secretaria
Internacional
do Trabalho

O Trabalho Infantil na Atividade Informal Urbana em Guarabira - PB

Um Diagnóstico Rápido à Luz das Piores Formas de Trabalho Infantil



Legado em Transformação



Legado em Transformação

O Trabalho Infantil na Atividade Informal Urbana em Guarabira - PB

Um Diagnóstico Rápido* à Luz das Piores Formas de Trabalho Infantil

Secretaria Internacional do Trabalho

Brasil

* Diagnóstico Rápido é uma metodologia de pesquisa quanti-qualitativa desenvolvida pela OIT e pelo UNICEF sobre uma realidade ou situação social específica em um contexto sócio-cultural-geográfico particular. A metodologia foi utilizada para o desenvolvimento dos diagnósticos constantes dessa publicação e faz parte do Programa de Informações Estatísticas e de Monitoramento sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC) da OIT.

As publicações da Secretaria Internacional do Trabalho gozam da proteção dos direitos autorais sob o Protocolo 2 da Convenção Universal do Direito do Autor. Breves extratos dessas publicações podem, entretanto, ser reproduzidos sem autorização, desde que mencionada a fonte. Para obter os direitos de reprodução ou de tradução, as solicitações devem ser dirigidas ao Serviço de Publicações (Direitos do Autor e Licenças), *International Labour Office*, CH-1211 *Genebra* 22, Suíça. Os pedidos serão bem-vindos.

As designações empregadas nas publicações da OIT, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, e a apresentação de material nelas incluídas não significam, da parte da Secretaria Internacional do Trabalho, qualquer juízo com referência à situação legal de qualquer país ou território citado ou de suas autoridades, ou à delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade por opiniões expressas em artigos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores, e sua publicação não significa endosso da Secretaria Internacional do Trabalho às opiniões ali constantes.

Referências a firmas, produtos comerciais e a processos não implicam qualquer aprovação pela Secretaria Internacional do Trabalho, e o fato de não se mencionar uma firma em particular, produto comercial ou processo não significa qualquer desaprovação.

O trabalho infantil na atividade informal urbana em Guarabira - PB: um diagnóstico rápido à luz das piores formas do trabalho infantil / coordenadora Maria de Fátima Pereira Alberto; Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC). – [Brasília] : OIT - Secretaria Internacional do Trabalho, 2006.

64 p. : il. – (Legado em transformação).

ISBN 92-2-818928-2 (print).

ISBN 978-92-2-818928-5 (print).

ISBN 92-2-818929-0 (web pdf).

ISBN 978-92-2-818929-2 (web pdf).

1. Trabalho Infantil. 2 Economia Informal. 3. Adolescente. 4. Área Urbana. 5. Brasil. I. Alberto, Maria de Fátima Pereira. II. Da Silva, Ana Cristina Serafim. III Santana, Roberta Valezca Mota. IV Vasconcelos Araújo, Thaís Teixeira de. V. Da Silva Cirino Daniele Cristine. VI Lira, Terçalia Suassuna Vaz. VII. OIT. VIII. UFPB. IX. Grupo Pesquisa Subjetividade e Trabalho. X. Grupo de Estudos sobre o Trabalho Precoce. XI. Título: um diagnóstico rápido à luz das piores formas do trabalho infantil.

14.02.2

Os recursos para essa publicação da OIT foram fornecidos pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos (USDOL). Essa publicação não reflete, necessariamente, as políticas do USDOL. De igual maneira a menção de marcas, produtos comerciais ou organizações não implica em qualquer forma ou endosso do Governo dos Estados Unidos.

Catálogo na Fonte: Márcia Cristina Tomaz de Aquino

Revisão de Texto Preliminar: Francisco de Assis Dantas e Daniele Cristine da Silva Cirino

Revisão Final: Neri Accioly

Diagramação: Interagência Comunicação

Advertência: o uso da linguagem que não discrimine nem estabeleça a diferença entre homens e mulheres, meninos e meninas é uma preocupação deste texto. O uso genérico do masculino ou da linguagem neutra dos termos criança e adolescente foi uma opção inescapável em muitos casos. Mas fica o entendimento de que o genérico do masculino se refere a homem e mulher e que por trás do termo criança e adolescente existem meninos e meninas com rosto, vida, histórias, desejos, sonhos, inserção social e direitos adquiridos.

Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)
Programa de Duração Determinada (PDD)

Diretora do Escritório da OIT no Brasil

Laís Abramo

Diretor Adjunto do Escritório da OIT no Brasil

José Carlos Ferreira

Coordenador Nacional do IPEC

Pedro Américo Furtado de Oliveira

Coordenador de Projetos do IPEC

Renato J. Mendes

Equipe Técnica do IPEC no Brasil

Cynthia Ramos, Oficial de Projeto

Daniel Borges, Estagiário

Hugo Rosa Conceição, Assistente de Projeto

Maria Cláudia Mello Silva Falcão, Oficial de Projeto

Paula Fonseca, Assistente de Projeto

Thaís Fortuna, Assistente de Projeto

Fotografias

Nicolau El-Moor

Agência Scout

Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente na Paraíba - Coordenação Colegiada

Programa de Ação na Paraíba - Projeto Catavento/PDD
Casa Pequeno Davi

Coordenação do Projeto Catavento

Terçália Suassuna Vaz

Assistente do Projeto Catavento

Kátia Felix

Realização

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes
Grupo Pesquisa Subjetividade e Trabalho
Grupo de Estudos sobre o Trabalho Precoce

Reitor

Rômulo Soares Polari

Coordenadora da Pesquisa

Maria de Fátima Pereira Alberto

Autores do Texto

Ana Cristina Serafim da Silva
Daniele Cristine da Silva Cirino
Maria de Fátima Pereira Alberto
Roberta Valesca Mota Santana
Thaís Teixeira de Vasconcelos Araújo

Consultor de Estatística

José Carlos Vieira Wanderley

Pesquisadores

Ádria Melo Soares
Carmem Plácida Sousa Cavalcante
Daniele Cristine da Silva Cirino
Denise Pereira dos Santos
Gabriel Pereira de Souza
Izabel Morssolletto Yasbek Neta
Juliane de Sousa Fernandes
Pollyane Kahelen da Costa Diniz
Roberta Valesca Mota Santana
Taiana da Silva Nunes
Thaís Teixeira de Vasconcelos Araújo
Vanessa Cavalcante Gomes

A Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** foi fundada em 1919, com o objetivo de promover a justiça social e, assim, contribuir para a paz universal e permanente. A OIT tem uma estrutura tripartite única entre as Agências do Sistema Nações Unidas, na qual os representantes de empregadores e de trabalhadores têm a mesma voz que os representantes de governos.

Ao longo dos anos, a OIT tem lançado, para adoção de seus Estados-Membros, convenções e recomendações internacionais do trabalho. Essas normas versam sobre liberdade de associação, emprego, política social, condições de trabalho, previdência social, relações industriais e administração do trabalho, entre outras. A OIT desenvolve projetos de cooperação técnica e presta serviços de assessoria, capacitação e assistência técnica aos seus Estados-Membros.

A estrutura da OIT compreende: **Conferência Internacional do Trabalho, Conselho de Administração e Secretaria Internacional do Trabalho**. A Conferência é um fórum mundial que se reúne anualmente para discutir questões sociais e trabalhistas, adotar e rever normas internacionais do trabalho e estabelecer as políticas gerais da Organização. É composta por representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores dos 178 Estados-Membros da OIT. Esses três constituintes estão também representados no Conselho de Administração, órgão executivo da OIT, que decide sobre as políticas da OIT. A Secretaria Internacional do Trabalho é o órgão permanente que, sob o comando do Diretor-Geral, é constituído por diversos departamentos, setores e por extensa rede de escritórios instalados em mais de 40 países. Mantém contato com governos e representações de empregadores e de trabalhadores e marca a presença da OIT em todo o mundo do trabalho.

Publicações da OIT

A **Secretaria Internacional do Trabalho** é também instância de pesquisa e editora da OIT. Seu **Departamento de Publicações** produz e distribui material sobre as principais tendências sociais e econômicas. Publica estudos sobre políticas e questões que afetam o trabalho no mundo, obras de referência, guias técnicos, livros de pesquisa e monografias, repertórios de recomendações práticas sobre diversos temas (por exemplo, segurança e saúde no trabalho) e manuais de treinamento para trabalhadores. É também editora da *Revista Internacional do Trabalho* em inglês, francês e espanhol, que publica resultados de pesquisas originais, perspectivas sobre novos temas e resenhas de livros.

O Escritório da OIT no Brasil edita seus próprios livros e outras publicações, bem como traduz para o português algumas publicações da Secretaria Internacional do Trabalho.

As publicações da OIT podem ser obtidas no Escritório da OIT no Brasil: Setor de Embaixadas Norte, lote 35, Brasília (DF), 70800-400, tel (61) 2106-4600, ou na sede da Secretaria Internacional do Trabalho: CH-1211, Genebra 22, Suíça. Catálogos e listas de novas publicações estão disponíveis nos endereços acima ou por e-mail: bravendas@oitbrasil.org.br.

Visite nossa página na Internet: www.oitbrasil.org.br.



Apresentação

Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Com o intuito de estimular o diálogo social, público e democrático e contribuir à implementação de sua Convenção nº. 182, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº. 3.597 de 12 de dezembro de 2000, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em parceria com o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador na Paraíba (FEPETI/PB), a Delegacia Regional do Trabalho na Paraíba (DRT/PB), o Ministério Público do Trabalho na Paraíba e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio do Grupo de Estudos sobre Trabalho Precoce, apresenta mais um Diagnóstico Rápido sobre as piores formas de trabalho infantil.

Nesta oportunidade, o foco da análise é o envolvimento de crianças e adolescentes no trabalho informal urbano no município de Guarabira, Paraíba. São atividades consideradas perigosas para serem executadas por menores de 18 anos e, portanto, proibidas pelas normas brasileiras.

Este novo estudo, parte da série “*Legado em Transformação*” da OIT, confirma os dados das últimas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) que evidenciam que a dinâmica de exploração de crianças e adolescentes nas atividades informais urbanas está se intensificando, ao mesmo tempo em que se reduz o trabalho infantil nas zonas rurais.

Os dados demonstram, ainda, que o trabalho informal urbano funciona como um estímulo, atraindo meninas e meninos a buscar sua sobrevivência, se socializar e permanecer nas esquinas e praças das cidades brasileiras. Tal situação as expõe a riscos temidos pela família, pela sociedade e pelo Estado, que são os responsáveis, seja por ação ou por omissão, pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Neste sentido, os resultados deste Diagnóstico evidenciam quão equivocada é a idéia de que “*é melhor a criança trabalhar do que estar na rua*”, confrontando-a com a realidade do trabalho infantil em atividades informais urbanas, que as coloca, exatamente, nessa situação indesejável de estar “na rua”.

A configuração do trabalho infantil contemporâneo na atividade informal urbana apresenta novos desafios à política pública, e em especial às estratégias de fiscalização do trabalho. As bem sucedidas estratégias implementadas na década passada para erradicação do trabalho infantil nas empresas formais não se aplicam, necessariamente da mesma forma, às atividades informais urbanas, já que nelas as dinâmicas das relações de trabalho e de emprego são substancialmente diferentes. É necessário, portanto, ampliar os esforços para consolidar e fortalecer estratégias e instrumentos capazes de erradicar definitivamente essa realidade no país, fazendo jus ao reconhecimento internacional - evidenciado no último Relatório Global da OIT “*O fim do trabalho infantil: um objetivo ao nosso alcance*”, lançado em Brasília pelo Diretor Geral da OIT, Juan Somavia, no último dia 4 de maio de 2006 - que coloca o Brasil como um dos exemplos mundiais de combate ao trabalho infantil.

Esperamos, com este estudo, contribuir para que o Estado, em todos os níveis e setores da federação, assim como os empregadores e os trabalhadores e suas organizações, possam intensificar ainda mais suas estratégias de prevenção e de erradicação do trabalho infantil, em especial nas suas piores formas, tais como o realizado nas atividades informais urbanas, os quais continuam a impedir que meninas, meninos e adolescentes exerçam de forma plena a sua cidadania.

Laís Abramo
Diretora do Escritório da OIT no Brasil
Brasília, junho de 2006

Universidade Federal da Paraíba

Em primeiro lugar quero ressaltar a importância de uma Pró-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários fazer a apresentação de um livro com os resultados de uma pesquisa. Não só pela busca de uma articulação conceitual entre a pesquisa e a extensão, mas, neste caso essas duas atividades estão efetivamente interagindo. Porém, a história dos Grupos de Pesquisa Subjetividade e Trabalho e de Estudos sobre Trabalho Precoce da UFPB demonstra a eficiência e as possibilidades da realização de ações integrando projetos de pesquisa e de extensão.

Este trabalho se constitui em uma das materializações dessa articulação, apresentando o resultado de uma pesquisa com a perspectiva de não só tornar conhecida a realidade, mas também influir no repensar das políticas públicas e fundamentar ações extensionistas.

A participação da UFPB no Projeto Catavento e a parceria com a Organização Internacional do Trabalho têm resultado em vários produtos relevantes de desnudamento da realidade com o rigor metodológico e o compromisso social inerentes àqueles que desejam construir uma sociedade mais justa.

As temáticas abordadas na pesquisa são da maior relevância para a compreensão da realidade do trabalho infantil. Partindo dos dados demográficos, identifica o perfil da criança e do adolescente que trabalha na cidade de Guarabira, na Paraíba, com os locais de maior concentração, faixas etárias, tempo de trabalho, raça e etnia, renda familiar e idade em que começam a trabalhar; os motivos para permanecerem na atividade, a ocupação do pai e a cultura familiar, a participação familiar em programas de assistência, especialmente o Bolsa Escola e o Bolsa Família. Em seguida, trata da família, com ênfase na formas de manutenção financeira do grupo e quantidade de membros, e das atividades desenvolvidas pelas crianças e adolescentes quanto ao gênero, relações de trabalho e tipo de ganho, jornadas e turnos. A pesquisa procura conhecer o que fazem além do trabalho, e levanta informações sobre as brincadeiras, o estudo. Nessa questão, trata da relação entre gênero e defasagem, a idade que começaram a trabalhar e defasagem idade/série, tempo de trabalho e reprovações. As duas últimas temáticas fecham o círculo com precisão – os riscos físicos (químicos, ergonômicos, sociais e psicológicos) e as perspectivas de futuro (profissões almeçadas e futuro financeiro).

Este livro é, portanto, um denso retrato de um momento de vulnerabilidade da sociedade paraibana que deve ser levado a sério em todos os aspectos que aborda. Aponta para que sejam abolidas as práticas de trabalho infantil, tão prejudiciais para as classes menos favorecidas econômica e geograficamente, com a infância acabando tão cedo, com um círculo vicioso de evasão e defasagem escolar e o trabalho precoce contribuindo desfavoravelmente a uma inserção positiva no mercado de trabalho. Além disso, contribui para uma reflexão qualificada sobre as atuais políticas públicas compensatórias e paliativas e seu necessário encaminhamento para mudanças profundas nos sistemas educacional e econômico do país.

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira
Pró-Reitora de Assuntos Comunitários da UFPB
João Pessoa, junho de 2006

Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente na Paraíba

Não obstante a legislação brasileira proíba o trabalho de crianças e estabeleça uma série de restrições ao trabalho do adolescente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), anualmente realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e que representa a principal pesquisa socioeconômica do País, revelou que em 2001 existiam 5.482.515 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando. Dessas, 296.705 tinham de 5 a 9 anos e 1.935.269, de 10 a 14 anos, 2.388.266 de 15 a 17 anos, num total de 2.231.974 crianças com menos de 14 anos de idade trabalhando. A pesquisa revelou, ainda, que 3.094.249 crianças e adolescentes estavam entre 5 e 15 anos, ou seja, abaixo da idade mínima permitida para a admissão no trabalho ou emprego.

A PNAD 2001 revelou, ainda, que a Paraíba tinha 992.820 crianças e adolescentes na faixa etária de 5 a 17 anos. Destes 129.571 são trabalhadores, ou seja, 13, 04%. Cerca de 60% das crianças e adolescentes trabalhadores na faixa de 5 a 17 anos trabalham na agricultura.

A pesquisa ora realizada no bojo do Projeto Catavento, sobre o trabalho infantil na atividade informal urbana, no município de Guarabira, na Paraíba, vem revelar que as crianças e adolescentes se inserem precocemente devido às “condições financeiras” e à “rede de relações que oportunizam” a inserção delas nesse tipo de atividade.

A faixa etária mais vulnerável a iniciar-se no trabalho na atividade informal urbana em Guarabira é de 07 a 12 anos, enquanto que a legislação brasileira proíbe qualquer trabalho ao menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos de idade. Como a atividade de que se trata está enquadrada como uma das piores formas de trabalho infantil, os dados permitem aferir que há violação dos Direitos Humanos da criança e do adolescente.

A exploração do trabalho infantil em geral, e, do trabalho infantil na atividade informal urbana, em particular, é um fenômeno arraigado de valores culturais rígidos, ainda não superados pela humanidade. Reflete, ainda, a situação de extrema penúria em que vivem inúmeras famílias brasileiras, alijadas do mercado de trabalho, vítimas de um fenômeno cíclico de reprodução da pobreza e exclusão social.

O Estado brasileiro possui um dos ordenamentos jurídicos mais completos e avançados do mundo no que diz com a proteção da criança e do adolescente, entretanto, faz-se mister a compreensão pela sociedade e pelo Estado que o aparato normativo existente, proclamador de direitos sociais, não garante por si só a efetivação desses direitos, antes há que se conjugar aos direitos uma política social eficaz, que de fato concretize os direitos já positivados.

Dessarte, somente um contínuo movimento de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, por meio de uma ação nacional integrada, capaz de envolver toda a sociedade no combate à exploração do trabalho infanto-juvenil, será capaz de expurgar a barbárie e catalizar esforços para colocar nossas crianças e adolescentes a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

É com esse mister que o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Trabalhador Adolescente na Paraíba vem apoiando trabalhos de pesquisa cuja análise possibilite um conhecimento mais aprofundado não só da quantidade, mas das características e práticas do trabalho infantil.

Espera-se que esta publicação sobre o trabalho de crianças e adolescentes na atividade informal urbana, no Município de Guarabira/PB possa sensibilizar e mobilizar não só a sociedade civil, como, principalmente, o Poder Público para o enfrentamento do problema apresentado, bem como possa subsidiar a implementação de políticas públicas de atendimento a crianças, adolescentes e sua famílias.

Maria Edlene Costa Lins
Coordenadora do Fórum
João Pessoa, junho de 2006

Súmatio

Introdução	13
Metodologia	13
Perfil	15
Locais de maior concentração do trabalho infantil no município de Guarabira	15
A amostra	15
Faixas etárias e idade em que começaram a trabalhar	16
Faixas etárias e tempo de trabalho	16
Sexo e faixas etárias	17
Raça/Etnia	18
Primeira atividade de trabalho	19
O Que Explica a Inserção Precoce no Setor Informal Urbano de Rua em Guarabira	21
Motivos da inserção precoce no trabalho	21
Renda familiar e idade ou que começaram a trabalhar	21
Renda semanal e motivos para permanecerem na atividade	22
Ocupação do pai e a cultura familiar	24
Trabalho infantil e equipamentos institucionais	24
Participação familiar em programas de assistência	25
Idade em que começaram a trabalhar e Bolsa Escola	25
Idade em que começaram a trabalhar e Bolsa Família	26
Família	28
Número de membros por residência	28
Manutenção financeira do grupo familiar	28
Renda familiar	30
Renda familiar e número de pessoas por residência	31
Atividades	32
Atividades desempenhadas X Sexo	34
Além desse trabalho, você faz outro trabalho atualmente?	36
Para quem trabalham?	36
Relação de trabalho e tipo de ganho	37
Como aprenderam a trabalhar?	38
O que ganham?	38
Quanto ganham e renda semanal	39
Jornadas e turno de trabalho	39
O que fazem além do trabalho?	42
Trabalha em outra atividade e brinca	42
Escolaridade	44
Sexo e defasagem	45
Idade que começaram a trabalhar X Defasagem	45
Tempo de trabalho X Número de reprovações	45
Riscos	48
Tempo de pausa no trabalho	48
Riscos físicos	49
Riscos químicos	50
Riscos biológicos	50
Riscos ergonômicos	50
Riscos sociais	51

Riscos psicológicos.....	52
Perspectivas de futuro.....	54
Futuro financeiro.....	56
Considerações finais.....	57
Recomendações.....	59
Referências.....	60

Tabelas

Tabela 1- Faixas etárias.....	15
Tabela 2- Tempo de trabalho.....	17
Tabela 3- Faixas etárias em função do tempo de trabalho.....	17
Tabela 4 - Sexo em função das faixas etárias.....	18
Tabela 5 - Raça/Etnia.....	18
Tabela 6 - Primeira atividade de trabalho.....	19
Tabela 7 - Primeira atividade de trabalho desempenhada.....	19
Tabela 8 - Motivos da inserção precoce no trabalho.....	21
Tabela 9 - Renda mensal familiar em função das faixas etárias em que começaram a trabalhar .	22
Tabela 10 - Renda semanal em função dos motivos de quererem permanecer na atividade de trabalho.....	23
Tabela 11 - Se gostariam de deixar de trabalhar em função dos motivos para tal.....	23
Tabela 12 - Ocupação do pai em função da faixa etária em que começaram a trabalhar.....	24
Tabela 13 - Participação da família em programas de assistência.....	25
Tabela 14 - Faixas etárias em que começaram a trabalhar em função da participação da família no programa Bolsa Escola.....	26
Tabela 15 - Faixas etárias em que começaram a trabalhar em função da participação da família no programa Bolsa Família.....	26
Tabela 16 - Faixas etárias em que começaram a trabalhar em função da participação da família em programas de assistência.....	27
Tabela 17 - Motivo de mudança de município.....	28
Tabela 18 - Situação ocupacional do pai em função da mãe trabalhar fora.....	29

Tabela 19 - Ramos de atividades dos pais	29
Tabela 20 - Ramos de atividades das mães	30
Tabela 21- Renda familiar	30
Tabela 22 - Renda mensal familiar em função do número de pessoas por residência	31
Tabela 23 - Atividades de trabalho	32
Tabela 24- Atividades desempenhadas	33
Tabela 25 - Sexo em função das atividades de trabalho	34
Tabela 26 - Atividades desempenhadas em função do sexo	35
Tabela 27- Outras atividades de trabalho	36
Tabela 28 - Relação de trabalho em função do que ganham	37
Tabela 29 - Renda semanal	39
Tabela 30 - Faixas etárias em função das horas trabalhadas por dia	39
Tabela 31- Faixas etárias e dias trabalhados X horas trabalhadas por dia	41
Tabela 32 - Faz outro trabalho em função de brincar	42
Tabela 33 - Outras atividades de trabalho	43
Tabela 34- Série que cursam atualmente	44
Tabela 35 - Faixas etárias em que começaram a trabalhar em função da defasagem escolar ...	45
Tabela 36 - Riscos físicos	49
Tabela 37- Riscos químicos	50
Tabela 38 - Riscos biológicos	50
Tabela 39 - Riscos ergonômicos	51
Tabela 40 - Riscos sociais	51
Tabela 41 - Riscos psicológicos	52
Tabela 42 - Profissões que desejam exercer no futuro	54
Tabela 43 - Expectativas de futuro	55

Introdução

Este relatório apresenta dados do diagnóstico rápido sobre o trabalho infantil na atividade informal urbana, no município de Guarabira, no estado da Paraíba. A referida pesquisa faz parte do Projeto Catavento, que objetiva contribuir para a prevenção e erradicação do trabalho infantil, em suas piores formas, em cinco municípios do estado da Paraíba.

O Projeto Catavento está sendo desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, em parceria com o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil e Defesa do Adolescente Trabalhador – FEPETI, a Casa Pequeno Davi, que é a instituição executora, a Delegacia Regional do Trabalho – DRT e a Universidade Federal da Paraíba – UFPB. O papel da UFPB, na parceria, é desenvolver a pesquisa e análise dos dados, o que foi realizado pelo Grupo de Estudo sobre Trabalho Precoce ligado ao Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho.

A escolha dos municípios para atuação do Projeto Catavento deu-se a partir da indicação dos membros das instituições públicas e privadas que compõem o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil na Paraíba - FEPETI. Tais indicações justificaram-se por serem esses municípios os mais representativos em termos dessas atividades, com a maior concentração de crianças e adolescentes trabalhadores na faixa de 7 a 18 anos de idade.

Guarabira, segundo o Censo de 2000 do IBGE, tinha 51.482 habitantes. O Censo Educacional 2003, do Ministério da Educação, aponta que destes, 14.328 estavam com idades de 7 a 19 anos. Havia 906 crianças e adolescentes trabalhando, sendo 342 em atividades perigosas. O município ocupava o 11º lugar no ranking do estado da Paraíba e o 10º em atividades perigosas desempenhadas pelos sujeitos nesta faixa etária.

Guarabira nasceu em terras de um engenho de açúcar, atingindo a condição de cidade em 1887. O seu nome originou-se da expressão tupi-guarani, “Guará-pora”, mais “ubira” que significa morada, logo “morada dos guarás”.

Possui uma área de 176 km², a uma distância de 74 km da capital do estado, João Pessoa. A principal atividade econômica é o comércio, por sua localização servir como área de entroncamento viário para diversas regiões do estado da Paraíba (PNAD, 2003).

Metodologia

Para a coleta de dados, elaborou-se um questionário no formato do Diagnóstico Rápido, aplicado em campo a crianças e adolescentes, com idades entre 7 e 18 anos, trabalhadoras no setor informal urbano, no município de Guarabira, nos meses de agosto a novembro de 2004.

O questionário continha questões sobre as seguintes temáticas: “Dados sócio-demográficos”, “Família”, “Atividade de Trabalho”, “Escolaridade”, “Riscos” e “Perspectivas de Futuro”.

Para a aplicação do questionário, a coordenação do Projeto Catavento promoveu contatos prévios entre os pesquisadores e diversas instituições governamentais e não-governamentais que atuam direta ou indiretamente na temática do trabalho infantil. O objetivo era de que fossem facilitadores

do contato dos pesquisadores com os meninos e meninas trabalhadoras nas respectivas atividades de trabalho. As instituições responsabilizadas já dispunham de contatos com os trabalhadores precoces e conduziram os pesquisadores aos locais de concentração dos mesmos, ou agendavam esses contatos.

No município de Guarabira, foram firmadas parcerias com a Escola Ascendino Toscano de Brito e o Movimento da Criança e do Adolescente - MAC, situadas no bairro Nordeste I, além do CAIC, localizado no Bairro Nordeste II, para a aplicação dos questionários. Essas parcerias foram de vital importância para o contato com as crianças e adolescentes trabalhadoras.

O processo de construção das tabelas também é feito através do *software* SPSS que fornece frequências e percentuais absolutos e relativos. Para essa pesquisa, optou-se por trabalhar apenas com os percentuais relativos. A população da pesquisa é constituída de 81 pessoas, mas, em várias tabelas do relatório, o número de sujeitos apresentados é diferente deste, porque algumas questões não foram respondidas ou não se aplicavam.

Outro elemento a ser observado em algumas tabelas, constituídas apenas de uma variável, é o total percentual. Este total é calculado pelo SPSS, sofrendo arredondamento para valores pouco acima ou abaixo de 100,0%. A partir da leitura estatística, tais desvios de porcentagem são insignificantes.

Após a aplicação dos questionários, construiu-se um banco de dados no *software* SPSS para o tratamento dos dados. Antes de se digitar essas informações, os questionários passaram por leituras cuidadosas, para identificação e correção de possíveis erros, e pelo processo de categorização das respostas às questões abertas. Após a categorização das questões abertas, efetuou-se a enumeração de todas as respostas, no questionário, para que se pudesse passar para a próxima etapa, a de inserção dos dados no *SPSS*.

Uma vez inseridos no referido *software*, os dados passaram por outra revisão na tentativa de se eliminar quaisquer tipos de erros, inclusive de digitação. Após esta revisão, extraíram-se as frequências das variáveis, limpam-se os dados errados, emitiram-se as frequências numéricas, as categorias semânticas e os cruzamentos para que se procedesse à descrição e a análise dos dados.

Perfil

Locais de maior concentração do trabalho infantil no município de Guarabira

No caso de Guarabira, os entrevistados foram contatados nas ruas ou a partir de indicações das instituições locais. As crianças e adolescentes identificadas encontravam-se, no momento da entrevista: sendo atendidos em Organizações Não-Governamentais – ONGs (33,3%), Instituição Pública – escola (33,3%), trabalhando em feiras, praças e mercados (32,2%).

Os sujeitos trabalham em atividades informais urbanas em condição de rua, com número significativo em feiras e mercados, mesmo aqueles que foram contatados nas instituições. A explicação para tal pode advir do fato que a principal atividade econômica do município é o comércio. Segundo, dada a sua localização, em uma área de entroncamento viário, serve de pólo econômico para diversos municípios, o que explica a existência de feiras públicas duas vezes por semana – momento em que os pequenos produtores agrícolas trazem sua produção para ser comercializada. É em torno dessas feiras que gira parte da economia local e, com ela, o trabalho infantil.

A amostra

O tamanho da amostra foi determinado pela demandante da pesquisa, a OIT. A meta prevista, conforme se encontrava determinado no Projeto Catavento, era de 72 sujeitos para serem retirados do trabalho infantil. Todavia, nesta pesquisa, aplicaram-se questionários a 81 sujeitos, porque as indicações apontavam para as atividades informais de rua e o número de sujeitos contatados¹ foi ligeiramente superior à meta estabelecida.

A partir desses dados, é possível compreender-se que o trabalho precoce em Guarabira, no setor informal urbano, tem o seguinte perfil: 91,4% dos trabalhadores precoces são meninos e 8,6% são meninas. A idade mínima encontrada foi de 8 anos, a moda² foi de 12 anos e a média, de 12,72.

No trabalho infantil urbano informal em condição de rua, destaca-se uma tônica comum, presente em diversos autores (Cervini e Burger, 1991; Rizzini, 1996; Alberto, 2002): o fato de que sempre se encontram mais meninos do que meninas neste tipo de atividade. A explicação deve-se ao fato de que os meninos estão mais nas atividades de rua, enquanto as meninas estariam inseridas nas atividades domésticas.

Tabela 1- Faixas etárias

Faixas	<i>n</i>	%
8 a 14 anos	65	80,2
15 a 16 anos	13	16,0
17 a 18 anos	3	3,7
Total	81	100,0

Nota: Todas as tabelas tem como fonte a Pesquisa de Campo, Guarabira-PB, 2004

¹ Ver Metodologia.

² Maior concentração de dados.

A maioria significativa dos sujeitos identificados encontrava-se na faixa etária de 8 a 14 anos (80,2%). Todavia um olhar mais aguçado, considerando-se faixas etárias mais próximas, revela que 33,3% estavam na faixa de 10 a 12 anos, assim como 32,1% estavam na faixa de 12 a 14 anos. Esses dados revelam que, em torno de 60%, esses sujeitos estavam entre 10 e 14 anos de idade, o que vem confirmando a vulnerabilidade dessas faixas etárias para a inserção precoce no trabalho e que são responsáveis por algumas das conseqüências como aquelas relacionadas à escolaridade.

A idade em que se encontravam representava um parâmetro em relação ao momento em que os pesquisadores os encontraram. Todavia há uma outra questão, referente à idade com que começaram, e que é mais significativa em relação aos direitos dessas crianças e adolescentes, e as implicações da inserção precoce para o seu desenvolvimento bio-psico-social.

Faixas etárias e idade em que começaram a trabalhar

Com relação à idade em que começaram a trabalhar, apareceram crianças com 3 anos de idade. A maior concentração encontrava-se, na faixa de 8 a 12 anos com 87,7%. Apareceram as faixas de 3 a 6 anos, com 8,2%, e aqueles, que começaram na faixa de 13 a 16 anos de idade, com 8,2%.

Os dados mostram que a faixa etária mais vulnerável a iniciar-se no trabalho nas atividades informais de rua é de 8 a 12 anos, o que possibilita a compreensão de que essas são as idades que demandam maior número e mais eficiência, de políticas públicas principalmente aquelas pertinentes à prevenção do trabalho da criança, já que é o momento crucial de vulnerabilidade. Além disso, esta faixa está contida naquela de 7 a 14 anos, cuja escolaridade é obrigatória, o que poderia indicar um maior investimento na educação.

Ao se correlacionar a idade que têm com a idade que começaram a trabalhar, o resultado encontrado não foi estatisticamente significativo ($p > 0,05$). Todavia este serve para reforçar a afirmativa acima do qual significativo é o número de crianças que começam a trabalhar na faixa etária de 8 a 12 anos de idade, uma vez que, do conjunto dos sujeitos, 87,7% começaram com esta idade. Esses dados parecem confirmar os de outros autores, que afirmaram que a criança goza de determinados privilégios no seio da família, os quais são perdidos à medida que crescem e passam a ter condições de fazer algumas tarefas, o que significa que a infância para as classes pobres acaba mais cedo (Sarti, 1995; Dauster, 1992; Moreira 2003): Essa idade também representa um período de conquista de maior autonomia dentro do processo individual de desenvolvimento, o que permitiria a saída de casa (Alberto, 2002) e a inserção no trabalho.

Faixas etárias e tempo de trabalho

Considerando-se a idade com que iniciaram a atividade, o tempo de trabalho das crianças e adolescentes no setor urbano informal varia de 1 a 12 anos, sendo que a maior concentração ocorreu entre aqueles com 1 e 2 anos e entre 4 e 6 anos, com 24,7%. O tempo de trabalho, entre 7 e 12 anos, embora não seja estatisticamente representativo, é significativo por tratar-se de crianças e adolescentes, com idades entre 8 e 18 anos. Principalmente ao se levar em consideração o tempo médio de vida das pessoas no Nordeste e o tempo que dedicam ao trabalho.

Tabela 2- Tempo de trabalho

Tempo	<i>n</i>	%
1 ano	19	24,7
2 anos	19	24,7
3 anos	14	18,2
Entre 4 e 6 anos	19	24,7
Entre 7 e 12 anos	6	7,8
Total	77	100,0

Os dados levaram a se elaborar a hipótese de que, quanto mais alta a faixa etária dos entrevistados, mais tempo eles têm de trabalho. Efetuou-se uma correlação entre as duas variáveis, utilizando-se para tal, o recurso do SPSS denominado *cruzamento de tabelas*. Existe uma correlação substancial entre Faixas Etárias e Tempo de Trabalho ($G=0,688$), estatisticamente significativa ($p=0,0005$). O resultado indica que, quanto mais alta a faixa etária do entrevistado, mais tempo ele tem de trabalho na atividade informal urbana. Logo, eles estarão mais vulneráveis aos riscos e ao afastamento do processo escolar.

Tabela 3- Faixas etárias em função do tempo de trabalho

Faixas etárias	Tempo de trabalho											
	1 ano		2 anos		3 anos		Entre 4 e 6 anos		Entre 7 e 12 anos		Total	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
8 a 14	18	29,5	17	27,9	12	19,7	14	23,0	-	-	61	100,0
15 a 16	1	7,7	1	7,7	2	15,4	5	38,5	4	30,8	13	100,0
17 a 18	-	-	1	33,3	-	-	-	-	2	66,7	3	100,0
Total	19	24,7	19	24,7	14	18,2	19	24,7	6	7,8	77	100,0

Sexo e faixas etárias

Também se utilizou o recurso do cruzamento de tabelas para se verificar se havia relação significativa entre o sexo e a faixa etária, ou seja, se os meninos e as meninas encontradas concentram-se em faixas etárias específicas e diferenciadas. Nesta tabela, o problema é a baixa frequência de pessoas (7 casos) do sexo feminino, não possuindo representatividade estatística na amostra. Deste modo, é possível descrever-se apenas que, da amostra, 85,7% das mulheres pesquisadas estão na faixa etária de 8 a 14 anos, e que 79,7% são do sexo masculino. Na faixa mais alta de idade, de 17 a 18 anos, apenas foram encontradas as pessoas do sexo masculino: 4,1%.

Tabela 4 - Sexo em função das faixas etárias

Sexo	Faixas Etárias						Total	
	8 a 14		15 a 16		17 a 18		n	%
	n	%	n	%	n	%		
Feminino	6	85,7	1	14,3	-	-	7	100,0
Masculino	59	79,7	12	16,2	3	4,1	74	100,0
Total	65	80,2	13	16,0	3	3,7	81	100,0

Aspecto interessante é o fato de que o trabalho informal em condição de rua possibilita a concentração de sujeitos de ambos os sexos até 16 anos de idade, exatamente a idade proibida por Lei (Constituição e ECA), a ponto de, nessa pesquisa, não se encontrar nenhuma menina entre 17 e 18 anos.

Raça/Etnia

Tabela 5 - Raça/Etnia

Raça/etnia	n	%
Afrodscendente	52	64,2
Branca	25	30,9
Amarela	4	4,9
Total	81	100,0

No que diz respeito a raça/etnia, 64,2 % é afrodescendente, 30,9% é branca e 4,9% é amarela. É importante explicar que a pergunta sobre raça era feita da seguinte forma: “No Brasil, existem pessoas de diversas raças. Na sua opinião, qual a raça que você pertence?” As opções eram: branca, negra, mulata, amarela, outra. O total de 64,2% foi obtido juntando-se negra, mulata e morena, além de cabocla e parda, que sugeriram a partir da opção outra. Os dados permitem compreender que, no município de Guarabira, os sujeitos investigados no trabalho infantil informal urbano, corroboram a análise de outros autores de que, no Nordeste brasileiro (Tavares, 2002), predomina a inserção precoce no trabalho de crianças e adolescentes afro-descendentes.

Este é um aspecto histórico-cultural significativo a ser considerado. A história da sociedade brasileira revela o caráter diferenciador que o trabalho assume no contexto do processo de formação étnica e da sua relação com o trabalho, principalmente no Nordeste. Objeto de estudo de sociólogos, antropólogos e historiadores (Freire, 1982; Ribeiro, 1995, Kowarick, 1994; De Luca, 2003), essa relação tem sido mostrada como sendo o trabalho atribuído a negros ou homens brancos pobres. De modo que os dados encontrados na pesquisa parecem corroborar essa perspectiva analítica, principalmente ao se considerar que Guarabira está localizada na região de transição da Planície Litorânea e cuja origem é um engenho de açúcar onde a presença do escravo foi preponderante, principalmente para ser utilizado no corte da cana.

Primeira atividade de trabalho

Tabela 6 - Primeira atividade de trabalho

Primeira atividade	<i>n</i>	%
A mesma que realiza hoje	49	62,0
Atividade diferente	30	38,0
Total	79	100,0

A primeira atividade de trabalho, para 62% dos sujeitos, foi a mesma que realizam hoje e, para 38%, foi uma atividade diferente. Para 40,7%, a primeira atividade foi de vendedor, e 25,9% foram fretistas. Embora em proporção pouco expressiva estatisticamente, a presença de 1 sujeito trabalhando como ajudante de cozeiro, considerando-se as condições de insalubridade da atividade de trabalho, revela quão nocivo é o trabalho infantil.

Os tipos de atividades, conforme podem ser vistos na tabela abaixo, mostram também que a inserção precoce está ligada a atividades que requerem pouca qualificação e pouco reconhecimento social, mas que são demandantes dessa mão de obra. A grande maioria dos sujeitos já começou nas atividades informais em condição de rua, destacando-se vendedor e fretista. Esses dados permitem compreender que parcela significativa iniciou-se na atividade informal urbano em condição de rua enquanto outros se iniciaram em outra atividade e depois migraram para esta.

Tabela 7 - Primeira atividade de trabalho desempenhada

Atividades desempenhadas	<i>n</i>	%
Vendedor	33	40,7
Fretista	21	25,9
Feirante	8	9,9
Olheiro	6	7,4
Ajudante de servente	1	1,2
Ajudante de cozeiro	1	1,2
Faz mandados	1	1,2
Engraxate	3	3,7
Panfletista	2	2,5
Calçador de rua	1	1,2
TID	2	2,5
Total	79	100,0

O fato de porcentagem significativa das crianças e adolescentes encontradas nesta pesquisa responderem que fazem a mesma atividade de quando iniciaram a trabalhar, alguns com 3 anos de idade e cujo tempo de trabalho varia de 1 a 12 anos, demonstra o quanto é propícia a informalidade, principalmente em condição de rua, para o trabalho infantil.

Aliás, não é por acaso que pesquisas têm mostrado (Kassouf, 2004) que este setor ocupa o 3º lugar entre as atividades de trabalho infantil, só perdendo para a agricultura e para o trabalho doméstico. O Fórum Nacional (Fórum, 2004), ao analisar a evolução do trabalho infantil no Brasil de 1991 a 2001, destaca que, na faixa etária de 10 a 15 anos, predominavam os setores serviço (24%) e comércio (15%). Na faixa etária de 16 a 17 anos, predominava o setor serviços (35%). Fato que é possível de se compreender considerando-se que no Brasil e no Nordeste, em especial, há um conjunto de fatores facilitadores desse acesso:

1. Uma mentalidade cultural que naturaliza: há na sociedade uma concepção que aceita o trabalho infantil como algo plenamente natural, que até defende o trabalho infantil como um antídoto à marginalidade.
2. As atividades informais em condição de rua são de fácil acesso a crianças e adolescentes, bastando às vezes que a criança ou o adolescente comecem a ocupar um espaço específico de troca dos seus serviços por qualquer forma de pagamento, que pode ser em gênero ou em espécie.
3. Mercado que oportuniza: ligado ao aspecto acima, está um mercado consumidor de mão-de-obra infantil no setor informal, particularmente em condição de rua, de modo que não faltam pessoas que explorem, quer através do emprego dessa mão-de-obra, sub-contratando a criança ou o adolescente, estando sempre dispostas a aceitarem serviços feitos por eles, que através da família, que os utiliza para complementar suas atividades.
4. Uma rede que recruta: a entrada da criança e do adolescente e sua permanência nas atividades originais ou a mobilidade para uma outra atividade passam, na maioria das vezes, por uma rede formada, quer no seio da família, quer no grupo da comunidade em que residem.

Analisar a existência do trabalho precoce como uma questão cultural não é suficiente, se a esta não for combinada uma análise econômica. Tomando como referencial Oliveira (1990) e a sua compreensão do setor informal como modo de produção simples e doméstico, podemos reconhecer que essa visão cultural interessa ao capitalismo, porque contribui para a sua manutenção e sua estruturação em momentos de crise. Interessa-lhe também que determinadas atividades de que se serve continuem organizadas de modo simples, realizadas por produtores autônomos. Por isso faz-se uso dessa mão-de-obra. Os meninos e meninas barateiam o seu produto, depreciando o valor de seu trabalho e, conseqüentemente, o da mão-de-obra adulta, abrindo mão dos ganhos.

O Que Explica a Inserção Precoce no Setor Informal Urbano de Rua em Guarabira

Motivos da inserção precoce no trabalho

Tabela 8 - Motivos da inserção precoce no trabalho

Motivos da inserção	<i>n</i>	%
Necessidades financeiras	50	63,3
Rede de relações que oportuniza	20	25,3
Cultura	6	7,6
Prazer no trabalho	3	3,8
Total	79	100,0

Quanto ao motivo pelo qual a criança e o adolescente se inserem precocemente no trabalho são predominantemente “necessidades financeiras” (63,3%), “rede de relações que oportuniza” (25,3%), “cultura” (7,6%) e “prazer no trabalho” (3,8%).

Esta era uma questão aberta que versava sobre os motivos pelos quais começaram a trabalhar cedo e as respostas foram: “complementar renda familiar”, “para ganhar dinheiro”, “complementar empreitada familiar”, “por indicação”, “imposição da família”, “ajudar parentes”. Na tentativa de se compreender e analisar as respostas, procedeu-se à categorização semântica, que possibilitou o aparecimento desses quatro conjuntos de motivos, sobressaindo-se os aspectos de “necessidades financeiras” e de “rede de relações que oportuniza”. Os dados corroboram outras pesquisas, que mostram que a principal causa da inserção precoce no trabalho deriva das condições de vida da família (Rizzini, 1996; Cervini e Burger, 1991; Trabalho Infantil, 1999; Alberto, 2002) (conforme pode ser visto neste artigo, no capítulo Família) e um mercado que oportuniza.

Renda familiar e idade ou que começaram a trabalhar

Como o principal motivo alegado pelos sujeitos para se inserirem precocemente no trabalho foi a necessidade financeira (63,3%), levantou-se como hipótese que havia uma associação entre a renda familiar e a idade em que se começava a trabalhar. Esperava-se que, quanto menor a renda familiar, mais cedo os sujeitos começavam a trabalhar. Para se verificar tal hipótese, procedeu-se a uma

correlação entre essas duas variáveis. Os dados revelaram que há uma correlação substancial ($G=0,685$), estatisticamente significativa ($p<0,05$), entre renda mensal familiar e idade em que se começou a trabalhar. Quanto menos ganha a família, mais cedo a criança e o adolescente começam a trabalhar.

Vale ressaltar que a literatura sobre trabalho infantil tem identificado que a inserção precoce da criança, em relação à inserção do adolescente, tem pequenas nuances de diferença: a criança não tem o poder de decisão na escolha por sua saída para o trabalho. É, na maioria das vezes, a família quem decide por sua saída. Enquanto para o adolescente, embora o fator financeiro da família pese, há outros fatores como as suas necessidades e desejos pessoais. Como 48,1% dos trabalhadores precoces nas atividades informais urbanas no município de Guarabira têm até 12 anos de idade, crianças conforme definição do Estatuto da Criança e do Adolescente, as condições financeiras e a decisão da família são fatores significativos responsáveis por sua inserção precoce no trabalho.

Esses dados corroboram outras pesquisas (Kassouf, 2002) que demonstram que o aumento da renda da família diminui a probabilidade de as crianças trabalharem. No entanto, em outros estudos como o Trabalho Infantil na Cultura do Abacaxi no Município de Santa Rita - PB, o aspecto da renda por si só é insuficiente para prevenir o ingresso ou manter o afastamento de meninos e meninas do trabalho infantil. Conforme (Moreira, 1995, p. 14), (...) *não se pode negar que o elevado grau de pobreza da classe trabalhadora é o principal responsável pela inserção prematura dos jovens no mercado de trabalho*. Esta posição é também compartilhada por Cervini e Burger (1991).

Tabela 9 – Renda mensal familiar em função das faixas etárias em que começaram a trabalhar

Renda	Faixas etárias em que começaram a trabalhar							
	1 a 6 anos		7 a 12 anos		13 a 18 anos		Total	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Até ½ SM	2	12,5	14	87,5	-	-	16	100,0
1/2 a 1 SM	1	5,0	19	95,0	-	-	20	100,0
1 a 1 ½ SM	1	7,7	12	92,3	-	-	13	100,0
1 ½ SM a 2 SM	-	-	6	66,7	3	33,3	9	100,0
2 SM a 3 SM	-	-	4	80,0	1	20,0	5	100,0
Total	4	6,3	55	87,3	4	6,3	63	100,0

Renda semanal e motivos para permanecerem na atividade

Se a necessidade financeira é o principal motivo alegado pelas crianças e adolescentes para iniciar-se e permanecer precocemente no trabalho, esperava-se que ela fosse, conseqüentemente, o motivo de querer permanecer na atividade de trabalho informal em condição de rua. Ou seja, esperava-se que, à medida que aumentasse a renda, aumentaria a concentração de sujeitos que não queriam deixar a atividade devido aos ganhos, ou para ajudar a família. Apesar de essa hipótese não se confirmar, ela demonstra que a maioria, 45% dos que querem permanecer, oferece como explicação o fato de gostar de trabalhar. Em se tratando de crianças e adolescentes, é necessário compreender-se esse gostar. Como pode uma criança gostar de trabalhar? Há que se levar em consideração o contexto em que essa criança vive e o acesso a escola, lazer e brincadeiras. Como não se tinha acesso ao lugar, onde residem com a família, nem era este o propósito da pesquisa, há de se considerar, por exemplo,

o principal motivo alegado para trabalhar, que foi o financeiro. Portanto poder-se-ia inferir que esse trabalho ou os ganhos dele derivados propiciariam o acesso a determinados bens ou a satisfação de algumas necessidades, inclusive ajudar a família. Há, ainda, um outro fator que, embora apareça em menor porcentagem, é digno de nota, por tratar-se de crianças e adolescentes: o desejo de permanência ligado ao desejo ou necessidade de ocupar-se. Por se tratar de sujeitos nesse estágio do desenvolvimento, era de se esperar que a escola e as brincadeiras ocupassem esse tempo.

Tabela 10 - Renda semanal em função dos motivos de quererem permanecer na atividade de trabalho

Motivos de querer permanecer na atividade de trabalho																		
Renda	Porque é bom/gosta		Ganhar dinheiro		Ajudar a família		Necessidades pessoais		Distração		Falta de oportunidade		Para ocupar-se		A relação do empregado		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1 e 10	13	38,2	7	20,6	6	17,6	2	5,9	1	2,9	1	2,9	3	8,8	1	2,9	34	100,0
11 e 20	1	14,3	1	14,3	2	28,6	-	-	-	-	1	14,3	2	28,6	-	-	7	100,0
21 e 30	2	66,7	-	-	1	33,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		100,0
31 e 40	1	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50,0	-	-	-	-	2	100,0
41 e 50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0	-	-	-	-	1	100,0
Total	17	36,2	8	17,0	9	19,1	2	4,3	1	2,1	4	8,5	5	10,6	1	2,1	47	100,0

Do mesmo modo, perguntou-se a todos os sujeitos se gostariam de deixar de trabalhar. Os dados revelaram que 37% “gostariam de deixar”. Os motivos alegados foram variados: “esforço físico”, “diminuição das horas de sono”, “vergonha”, “falta de expectativas de futuro”, “falta de expectativas de trabalho”, para “brincar”, “estudar” e para “mudar de vida”. Os resultados não eram significativos. Essas respostas foram submetidas a uma categorização semântica, emergindo as categorias “sofrimento físico e psíquico” (53,6%) e “falta de expectativas” (21,4%). Os que “gostariam de permanecer” (63%) alegaram que “acham bom” (42%) e “necessidades financeiras” (38%).

Tabela 11 - Se gostariam de deixar de trabalhar em função dos motivos para tal

Gostaria de deixar?	Motivos para deixar		Motivos para permanecer	
	Sufrimento físico e psíquico	Falta de expectativas	Acha bom	Necessidades financeiras
	%	%	%	%
Sim (37,0%)	53,6	21,4	-	-
Não (63,0%)	-	-	42,0	38,0

Ocupação do pai e a cultura familiar

Os dados revelam uma variação de 26 atividades de trabalho desempenhadas pelos pais das crianças e adolescentes trabalhadores no setor urbano informal em condição de rua. Como se tornava impraticável o tratamento estatístico, optou-se por fazer uma recodificação categorizando-os a partir de setores da economia: agricultura, comércio e serviços. Como a atividade dos pais, a cultura familiar trabalhadora e o lugar que a família ocupa na estrutura social influenciam na inserção precoce dos filhos (Cervini e Burger, 1991), levantou-se como hipótese que a ocupação do pai influenciava na idade em que o filho começou a trabalhar. Essa correlação foi realizada utilizando-se os grupos de faixa etária em que tinham começado a trabalhar. Este resultado não foi estatisticamente significativo ($p > 0,05$). Todavia os dados revelaram que os sujeitos que começaram a trabalhar entre 8 e 12 anos (e que representam a maior parte da amostra, 83,6%), têm a maioria dos pais, (85%), no setor serviços. Percebe-se a existência de uma relação que pode ser explicada pelo contexto em que se inserem, cujas oportunidades são de certa forma as mesmas. Além do que, o nível de escolaridade dos pais também é um fator que tem efeitos sobre o trabalho infantil. Segundo Kassouf (2002, p. 71), (...) quanto maior é a escolaridade do pai e da mãe, menor é a probabilidade de as crianças trabalharem.

Os dados dessa pesquisa corroboram os de Cervini e Burger (1991, p. 33), que já haviam encontrado que (...) a probabilidade dos filhos se integrarem a PEA não varia muito em relação aos ramos de atividade em que se encontram os pais. Nesta pesquisa, as taxas de atividade são similares em todos os ramos de ocupações, embora se sobressaia o setor serviços.

Tabela 12 - Ocupação do pai em função da faixa etária em que começaram a trabalhar

Setor	Faixas etárias em que começaram a trabalhar						Total	
	1 a 6 anos		7 a 12 anos		13 a 18 anos		n	%
	n	%	n	%	n	%		
Agricultura	-	-	4	100,0	-	-	4	100,0
Comércio	2	11,8	13	76,5	2	11,8	17	100,0
Serviços	3	7,5	34	85,0	3	7,5	40	100,0
Total	5	8,2	51	83,6	5	8,2	61	100,0

Trabalho infantil e equipamentos institucionais

Utilizando-se como referências outros autores que já haviam identificado que há uma relação entre trabalho infantil e a falta de equipamentos institucionais, ou, mais especificamente, as condições de acesso aos serviços públicos (Cervini e Burger, 1991; Rizzini e Rizzini, 1991), procurou-se verificar a relação entre a idade em que começaram a trabalhar e a participação do sujeito ou da família em programas de assistência.

Participação familiar em programas de assistência

Quanto à participação da família em programas de assistência, 91,4% participa, enquanto 8,6% não participa. Dentre os que responderam que participam de programas, predomina o “Bolsa Escola” com 72,8%, seguido de “Fardamento e livro” com 46,9%, e “Vale Gás” com 43,2%.

Tabela 13 – Participação da família em programas de assistência

”Sua família ou você participa de algum programa de assistência?”				
	Sim (91,4%)		Não (8,6%)	
Programas	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Baixa renda	4	4,9	77	95,1
Bolsa Escola	59	72,8	22	27,2
Bolsa Família	29	35,8	52	64,2
Fardamento e livro	38	46,9	43	53,1
Pão e leite	32	39,5	49	60,5
PETI	1	1,2	80	98,8
Vale gás	35	43,2	46	56,8

Idade em que começaram a trabalhar e Bolsa Escola

Para se verificar os pressupostos acima, realizou-se uma correlação entre alguns programas sociais de renda mínima, desenvolvidos pelo Governo Federal. São políticas que gerariam condições mínimas de manutenção da família e que poderiam, direta ou indiretamente, prevenir ou erradicar o trabalho infantil.

No que diz respeito ao Programa Bolsa Escola, o resultado não foi estatisticamente significativo, ($p > 0,05$). Observou-se que as categorias ‘de 1 a 6 anos’ (5 casos) e de ‘13 a 18 anos’ (5 casos) não têm representatividade estatística, ou seja, o tamanho da amostra para esses grupos etários foi insuficiente. Neste caso, a tabela perde o sentido de ser analisada em termos de se verificar associações. Quase todos os entrevistados estão na categoria ‘de 7 a 12 anos’ (71 casos). Todavia ela possibilita a compreensão de que a maior concentração de trabalhadores é exatamente neste grupo cujas famílias são beneficiadas pelo Programa e que as Leis brasileiras (Constituição Federal, LDB, Estatuto da Criança e do Adolescente), obrigam a escolaridade e, principalmente, garante-lhe a gratuidade.

Tabela 14 – Faixas etárias em que começaram a trabalhar em função da participação da família no programa Bolsa Escola

Faixas	Participação no Bolsa Escola				Total	
	Sim		Não		<i>n</i>	%
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
1 a 6 anos	4	80,0	1	20,0	5	100,0
7 a 12 anos	52	73,2	19	26,8	71	100,0
13 a 18 anos	3	60,0	2	40,0	5	100,0
Total	59	72,8	22	27,2	81	100,0

Faz-se pertinente a análise de que, embora o “Bolsa Escola” não tenha como objetivo erradicar o trabalho infantil, ele também não se mostra eficiente para preveni-lo. Era de se esperar que o fato de estar na escola e receber um auxílio impedisse a criança de trabalhar. Estes dados do trabalho infantil no setor informal mostraram que essa hipótese não se confirmou, ou seja, receber um benefício social não é suficiente para a criança e o adolescente não trabalharem no setor informal urbano no município de Guarabira. Há que se levantar como questão a eficácia dos programas assistenciais do ponto de vista da capacidade de se promover mudanças.

Caberia o questionamento de que a inexistência de correlação deva-se ao fato de que a maioria dos sujeitos iniciou-se no trabalho antes da entrada no Programa, já que o tempo de trabalho variou de 1 a 12 anos, predominando 1 e 2 anos e entre 4 e 6 anos (24,7% respectivamente). Todavia era de se esperar que, uma vez inserido no mesmo e recebendo a bolsa, não continuassem a trabalhar, fato que parece não se confirmar, considerando-se que 72,8% participavam do “Bolsa Escola”.

Idade em que começaram a trabalhar e Bolsa Família

A correlação entre idade em que começou a trabalhar e a participação no programa “Bolsa Família” não foi significativa ($p > 0,05$). Embora 35,8% participem do “Bolsa Família”, o programa não é percebido pelos entrevistados como suficiente para se prevenir o ingresso ou se deixar o trabalho infantil.

Tabela 15 – Faixas etárias em que começaram a trabalhar em função da participação da família no programa Bolsa Família

Faixas	Participação no Bolsa Família				Total	
	Sim		Não		<i>n</i>	%
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
1 a 6 anos	2	40,0	3	60,0	5	100,0
7 a 12 anos	25	35,2	46	64,8	71	100,0
13 a 18 anos	2	40,0	3	60,0	5	100,0
Total	29	35,8	52	64,2	81	100,0

A correlação entre a idade em que começou a trabalhar e a não participação em programas também não é significativa, ou seja, não participar de programas não é um fator, neste caso, responsável pela inserção precoce no trabalho.

Tabela 16 - Faixas etárias em que começaram a trabalhar em função da participação da família em programas de assistência

Faixas	Participação em Programas				Total	
	Participa		Não participa		<i>n</i>	%
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%		
3 a 6 anos	5	100,0	-	-	5	100,0
7 a 12 anos	66	93,0	5	7,0	71	100,0
13 a 18 anos	3	60,0	2	40,0	5	100,0
Total	74	91,4	7	8,6	81	100,0

Há que se levantar como questão a eficácia dos programas assistenciais do ponto de vista de mudanças. Qual o papel que desempenham? Como garantem o acesso aos direitos? Qual o significado deles enquanto propostas afirmativas que garantam a positividade do direito? Os valores são insuficientes para manterem ou sequer contribuir efetivamente na manutenção da família, haja visto o que mostram as pesquisas, principalmente as já feitas na Paraíba (Domingos *et alii*, 2003; Brito e Teixeira, 2003), de que os meninos e meninas voltam a trabalhar mesmo com o PETI e, principalmente, por causa dos constantes atrasos no pagamento.

Apesar de estudarem, a escola não é suficiente para impedi-los de trabalhar, haja visto a defasagem escolar que os entrevistados apresentam. Alberto (2002, p. 110), em pesquisa em João Pessoa com crianças e adolescentes trabalhadores no mercado informal em condição de rua, encontrou o seguinte quadro:

“Os dados mostram que, dos vinte e quatro trabalhadores e trabalhadoras precoces, objeto da pesquisa, dezesseis estudavam, oito não estudavam e todos tinham uma defasagem escolar que variava de um a sete anos de escolaridade.”

É possível que a diminuição do número de trabalhadores precoces seja provável de acontecer com o PETI, não pela bolsa, mas pelo conjunto das ações: a jornada ampliada, a frequência à escola e o trabalho com as famílias; Principalmente o trabalho sócio-educativo que poderia funcionar no sentido de efetivamente gerar renda e contribuir na mudança de mentalidade, particularmente dos pais.

Segundo a PNAD 2001, pesquisa que ampliou as características de trabalho e educação de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos, na Paraíba o principal motivo alegado para não freqüentar a escola (37,8%), foi que não existia escola perto de casa ou faltava vaga na escola.

Os dados revelaram que o principal motivo para as crianças e adolescentes do Município de Guarabira começarem a trabalhar no setor urbano informal em condição de rua é financeiro, mas ele por si só não explica a manutenção na atividade. As políticas públicas em execução não são impeditivas do trabalho infantil. Todavia há outros fatores que podem explicar a manutenção desse sujeitos no trabalho, tais como a escola (a falta de escolas ou sua inadequação para atender a esse grupo), a cultura familiar ou, ainda, a falta de outras políticas sociais, como lazer e formação profissional. Esta pesquisa corrobora os estudos (Fórum, 2004; Quadros, 2001) que identificam que não apenas o trabalho prejudica a escolaridade, mas também a debilidade do sistema educacional ou a falta de equipamentos educacionais que induzem ao ingresso precoce no trabalho. Além de uma cultura pró trabalho infantil e um mercado que o oportuniza.

Família

As famílias das crianças e adolescentes trabalhadores no setor informal urbano de rua são originárias do próprio município de Guarabira (82,7%) e de outras cidades (14,8%) e da zona rural (2,5%). Os motivos da mudança para os que são originariamente de outra cidade, foram a busca de “condições de vida/econômico” (63,6%), “violência” (27,3%) e “falecimento na família” (9,1%).

Tabela 17 - Motivo de mudança de município

Motivo de mudança	<i>n</i>	%
Condições de vida/econômico	7	63,6
Violência	3	27,3
Falecimento na família	1	9,1
Total	11	100,0

Número de membros por residência

O número de pessoas por residência varia de 1 a 12, sendo que a moda³ é 5. Predominam os números de 4 a 7 pessoas em 70% dos casos. Está um pouco acima da média nacional, que é de 4 pessoas. Alberto, Costa e Bruck (1997), em pesquisa feita com famílias em Guarabira (no Bairro do Nordeste, um dos bairros onde reside a maioria dos entrevistados desta pesquisa), encontraram a média de 7,6 pessoas por família. Naquela época, 1997, a média era considerada alta em comparação com a média nacional, 4,4, e com a média da região Nordeste, 4,5 (IBGE, 1994).

A explicação do porquê da elevada média do número de pessoas por família, naquela pesquisa, foi feita utilizando-se outros fatores abordados como: a) práticas contraceptivas ou, mais especificamente, a sua não utilização, cuja conseqüência era um elevado número de filhos; b) dificuldades financeiras que levam famílias ou membros a juntar-se a outros membros das famílias, constituindo-se as chamadas famílias extensas; c) número elevado de casamentos; d) a iniciação precoce da reprodução feminina.

Manutenção financeira do grupo familiar

No caso desta pesquisa, no tocante à responsabilidade dos pais na manutenção do grupo familiar, os dados dão conta de que os pais trabalham em 75,3% dos casos e a mãe em 38,8%. O rendimento financeiro é insuficiente, com uma margem de 11,1% dos pais e 57,5% de mães que não trabalham. Além do que, o número de pais ausentes é de 13,6% (não moram com os pais, desconhecem-no ou já são falecidos) e, no caso das mães, é de 3,8%.

³ Maior concentração de dados.

Tabela 18 - Situação ocupacional do pai em função da mãe trabalhar fora

Situação	"Sua mãe trabalha fora?"						Total	
	Sim		Não		Ausente		n	%
	n	%	n	%	n	%		
Trabalha	23	38,3	36	60,0	1	1,7	60	100,0
Não trabalha	3	33,3	6	66,7	-	-	9	100,0
Ausente	5	45,5	4	36,4	2	18,2	11	100,0
Total	31	38,8	46	57,5	3	3,8	80	100,0

Ao se estabelecer uma correlação entre as questões “seu pai trabalha” e “sua mãe trabalha”, o resultado não foi estatisticamente significativo ($p > 0,05$). No caso em que os dois trabalham, o percentual é de apenas 38,8%. Quando o pai trabalha e a mãe não, sobe para 60%. Os casos em que o pai não trabalha e a mãe “sim” são 33,3%. E em 66,7%, ambos não trabalham.

Há aspectos que merecem destaque na análise: quando o pai trabalha, a renda é insuficiente; quando ele não trabalha ou a mãe está sozinha ou quando ambos não trabalham, a criança ou o adolescente são chamados a contribuir ou a responsabilizar-se, sozinhos, pela manutenção da família.

Há um outro fator de análise relevante: o número de crianças e adolescentes que não moram ou desconhecem os pais é maior do que o das mães, corroborando pesquisas anteriores que apresentam como uma das causas do trabalho infantil a família monoparental feminina, em que a mãe chefia e é a responsável sozinha pela manutenção dos filhos. O que também provoca a entrada precoce dos filhos no trabalho para contribuir ou até responsabilizar-se pela família.

Tabela 19 - Ramos de atividades dos pais

Ramos	n	%
Serviços	40	65,6
Comércio	17	27,9
Agricultura	4	6,6
Total	61	100,0

Dentre aqueles que afirmaram que o pai trabalha, os ramos de atividades nos quais trabalham são: 65,6% no setor serviço, 27,9% no setor comércio e 6,6% na agricultura. O que se percebe, observando as atividades que os meninos e meninas desenvolvem, é que há semelhanças entre as atividades deles e as dos pais, já que 37% trabalham como vendedores, 35,8% como fretistas, 16% como feirantes e 11,1% como olheiros.

As atividades de trabalho que os pais desempenham são: mecânico, gari, pedreiro, marchante, servente, vendedor informal, caminhoneiro, motorista, carregador, agricultor, calçador de rua, bicheiro, porteiro, feirante, agricultor, vigilante, comerciante, fretista, negociante, eletricitista, biscateiro, carpinteiro, zelador, montador de móveis e moto-taxista.

Tabela 20 - Ramos de atividades das mães

Ramos de atividades	<i>n</i>	%
Serviços	19	61,3
Comércio	12	38,7
Total	31	100,0

Dentre aqueles que afirmaram que a mãe trabalha fora, 61,3% estão no setor serviço e 38,7% no setor comércio, o que também é semelhante aos ramos de atividades desempenhadas pelos entrevistados.

As atividades de trabalho que as mães desempenham são: doméstica, passadeira, feirante, tapioqueira, atendente, vendedora informal, lavadeira, marchante, faxineira, servente e merendeira.

Renda familiar

Tabela 21- Renda familiar

Renda	<i>n</i>	%
Até 1/2 SM	16	19,8
Mais de 1/2 SM a 1 SM	20	24,7
Mais de 1 SM a 1 1/2 SM	13	16,0
Mais de 1 1/2 SM a 2 SM	9	11,1
Mais de 2 SM a 3 SM	5	6,2
Total	63	100,0

As famílias tem uma renda mensal que varia de menos de 1/2 salário mínimo (SM)⁴ até 3 salários mínimos. A moda foi de R\$ 150,00. Predomina de 1/2 até 1 salário mínimo com 24,7% dos casos e 1/2 salário mínimo com 19,8%. Mas como se trata da renda familiar e é perguntado “quanto dá a soma dos ganhos de todos os que trabalham na casa”, 18,5% não soube informar.

Dados da PNAD 2001 revelam que, em famílias com até 1/2 salário mínimo, o número de crianças e adolescentes, de 5 a 17 anos trabalhando é de 18,9%, um pouco maior do que aqueles cuja renda familiar varia de 1/2 a 10 salários mínimos (12,2% a 13,7%), decaindo para 7,5% quando a família ganha mais de 10 salários mínimos.

⁴ O salário mínimo na época da pesquisa, 2004, era de R\$ 260,00.

Renda familiar e número de pessoas por residência

A relação entre renda familiar e número de membros na família não foi estatisticamente significativa, ($p > 0,05$). Procedeu-se a uma correlação para verificar se havia concentração nas famílias que recebem entre 1 e 2 salários mínimos. Os dados revelaram que a média de 4 a 7 pessoas ocorre em 70% dos casos, sendo que a renda desse grupo concentra-se na faixa de $\frac{1}{2}$ até 1 SM e de 1 SM até 1 e $\frac{1}{2}$ SM, o que corresponde a 34,5% dos casos totais.

Tabela 22 - Renda mensal familiar em função do número de pessoas por residência

Renda	Números de pessoas por residência						Total	
	1 a 3		4 a 7		8 a 12		<i>n</i>	%
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Até $\frac{1}{2}$ SM	7	43,8	9	56,3	-	-	16	100,0
Mais de $\frac{1}{2}$ a 1 SM	-	-	17	85,0	3	15,0	20	100,0
Mais de 1 a 1 $\frac{1}{2}$ SM	-	-	11	84,6	2	15,4	13	100,0
Mais de 1 $\frac{1}{2}$ a 2 SM	1	11,1	7	77,8	1	11,1	9	100,0
Mais de 2 a 3 SM	1	20,0	3	60,0	1	20,0	5	100,0
Total	9	14,3	47	74,6	7	11,1	63	100,0



Atividades

As crianças e adolescentes precocemente inseridas no trabalho no setor informal urbano na cidade de Guarabira entrevistados nesta pesquisa, cuja metodologia abordou-os nas ruas, onde estavam trabalhando ou a partir de contatos viabilizados pelas instituições que lidam direta ou indiretamente com elas, desempenham as seguintes atividades de trabalho: “vendedor” (37%), “fretista” (35,8%), “feirante” (16%) e “olheiro⁵”(11,1%).

Tabela 23 - Atividades de trabalho

Atividades	<i>n</i>	%
Vendedor	30	37,0
Fretista	29	35,8
Feirante	13	16,0
Olheiro	9	11,1
Total	81	100,0

Os dados referentes a vendedor e feirante dizem respeito a atividades do ramo do comércio, que somam 53%, enquanto fretista e olheiro dizem respeito ao ramo de atividades serviço, que somam 46,9%. Estes dados corroboram os de Kassouf (2004) que ao analisar a PNAD encontra que as crianças trabalhadoras na Paraíba, com idades entre 5 e 15 anos, trabalham 60% no setor agrícola, 15,8% no comércio e 15,8 no setor serviços.

A cartilha organizada pela Coordenação Colegiada do Fórum Nacional, lançada em 2004, com base na PNAD 2001 e que analisa o trabalho de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos, revela que o setor agrícola ocupa o primeiro lugar, seguido da prestação de serviços, com destaque para serviços domésticos e, em terceiro lugar, o comércio de mercadorias.

Posição semelhante é encontrada em uma pesquisa sobre Trabalho Infantil e Gênero realizada pela parceria OIT e ANDI ao citar o Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente 2000, que ao relacionar a faixa etária de crianças e adolescentes, de 5 a 15 anos, com os setores de atividade econômica constatou que o setor agropecuário ocupa o primeiro lugar (58,9%), seguido do comércio (12,38%), serviços (10,11%) e indústria (8,65%).

A descrição das atividades desempenhadas tinha o objetivo de possibilitar a visualização da situação de trabalho e, ao mesmo tempo, analisar o conjunto de exigências físicas e psíquicas que as atividades no setor urbano informal de rua demandam. Os dados, conforme quadro a seguir, permitem vislumbrar que os meninos e meninas desempenham por ordem de aparecimento as seguintes tarefas:

⁵ Olheiro é uma forma adjetivada de referir-se à ação da pessoa que vigia, olha carros. A autoria da categoria é desconhecida. É adotada por Alberto (2002) ao identificar que os sujeitos que desempenham esta atividade, quando eram indagados sobre o que faziam, diziam que olhavam carros.

Tabela 24- Atividades desempenhadas

Atividades	<i>n</i>	%
Transportar em carro de mão	59	72,8
Vender	54	66,7
Oferecer na feira	52	64,2
Fazer entregas	52	64,2
Carregar sacolas ou bolsas	51	63,0
Organizar produtos	44	54,3
Descarregar carro	38	46,9
Transportar em caixotes sozinho	28	34,6
Carregar baldes d'água	28	34,6
Ensacar frutas	25	30,9
Oferecer nas casas	25	30,9
Selecionar frutas	24	29,6
Transportar caixotes com ajuda	24	29,6
Guardar as sobras dos produtos	24	29,6
Limpar, varrer e recolher o lixo	24	29,6
Olhar carro	24	29,6
Pesar produtos	22	27,2
Indicar o lugar	20	2,7
Ajudar os motoristas a estacionar	20	24,7
Demonstrar produtos à porta dos carros	17	21,0
Oferecer nos bares	17	21,0
Demonstrar em mostruários	16	19,8
Lavar carro	16	19,8
Transportar em bicicleta	15	18,5
Parar o trânsito para manobras	15	18,5
Oferecer no sinal de trânsito	13	16,0
Encerar carro	10	12,3
Carregar balaios na cabeça	10	12,3
Transportar caixas de isopor	9	11,1
Oferecer na praça	3	3,7
Armar a banca	2	2,5
Fazer mandados	2	2,5
Ralar coco e macaxeira	1	1,2
Peneirar a massa	1	1,2
Carregar entulho	1	1,2
Transportar em carrinho de picolé	1	1,2

Embora não se tenha feito a análise da atividade de trabalho, os dados possibilitam a compreensão do quão heterogêneo e multivariado é o trabalho infantil. A diversidade permite compreender-se como a criança vai ocupando cada vez mais postos de trabalho que antes eram ocupados por adultos ou a forma como o setor informal sobrevive às custas do trabalho infantil e o quão receptivos são os usuários do trabalho infantil.

A diversidade de tarefas e o número diferenciado de participantes permitem analisar que nem todos os trabalhadores precoces participam de todas as tarefas, mas o tipo de instrumento utilizado não permite explicar o porquê.

É possível compreender que todas as tarefas demandam exigências físicas e psíquicas que, desempenhadas por crianças a partir de 8 anos de idade, podem ser nocivas para o seu desenvolvimento. As atividades de “transportar em carro de mão”, “carregar sacolas ou bolsas”, “descarregar carro” e “fazer entregas” são atividades de carregar peso. Segundo Alberto (2002) são tarefas que requerem movimentos repetitivos e levantamento de pesos. Além disso, essas tarefas expõem a esforços físicos, a posturas inadequadas ou incômodas, como, por exemplo, coluna curvada ou o peso do corpo sobre as pernas dobradas ou de cócoras. São exigências físicas que podem causar sérios danos à saúde dessas pessoas em processo de desenvolvimento, por um processo lento de degeneração orgânica após vários anos de trabalho.

Embora não se tenha realizado um levantamento epidemiológico de doenças que acometem os meninos e as meninas trabalhadores e trabalhadoras em condição de rua, cumpre assinalar que os esforços físicos e as posturas corporais exigidas nas atividades de trabalho podem levar a problemas de desgaste ósteo-muscular.

Atividades desempenhadas X Sexo

Vários autores que analisam a relação trabalho e gênero, tanto em relação aos adultos (Kergoat, 1986; Hirata, 1988; Macedo, 1993) quanto em relação ao trabalho infantil especificamente (Madeira, 1997; Cervini & Burger, 1991; Tavares, 2002; Alberto, 2002) referem-se à existência de uma divisão social e sexual. Com o objetivo de verificar se havia tal característica na atividade de trabalho informal urbano, cujo sinal se devia à predominância do número de meninos, 91,4%, em detrimento do número de meninas, 8,5%, submeteram os dados à análise estatística correlacional, através do cruzamento de tabelas.

Tabela 25 - Sexo em função das atividades de trabalho

Sexo	Atividades de trabalho									
	Vendedor		Fretista		Feirante		Olheiro		Total	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
Feminino	6	85,7	-	-	1	14,3	-	-	7	100,0
Masculino	24	32,4	29	39,2	12	16,2	9	12,2	74	100,0
Total	30	37,0	29	35,8	13	16,0	9	11,1	81	100,0

Existe uma associação entre sexo e atividades de trabalho (Cramer's $V=0,324$) estatisticamente significativa ($p=0,037$). Todavia é uma associação moderada, uma vez que o número de pessoas (7) do sexo feminino apresenta baixa frequência. Mediante esse dado, procedeu-se ao mesmo tratamento estatístico com as tarefas desempenhadas pelos sujeitos da pesquisa:

Tabela 26 – Atividades desempenhadas em função do sexo

Atividades	Sexo			
	Masculino		Feminino	
	Sim (%)	Não (%)	Sim (%)	Não (%)
Transportar em carro de mão	78,4	21,6	14,3	85,7
Vender	64,9	35,1	85,7	14,3
Oferecer na feira	62,2	37,8	85,7	14,3
Fazer entregas	64,9	35,1	57,1	42,9
Carregar sacolas ou bolsas	64,9	35,1	42,9	57,1
Organizar produtos	55,4	44,6	42,9	57,1
Descarregar carro	51,4	48,6	0,0	100,0
Transportar em caixotes, sozinho	36,5	63,5	14,3	85,7
Carregar baldes d'água	37,8	62,2	0,0	100,0

Sexo X Transporte em carro de mão

A maioria dos meninos executa a tarefa de transportar em carro de mão (78,4%), enquanto apenas 14,3% das meninas o fazem.

Sexo X Venda

Meninos e meninas executam esta tarefa. Todavia, há uma ligeira diferença em relação às meninas: elas vendem mais (85,7%) do que os meninos (64,9%).

Sexo X Oferta na feira

Meninos e meninas executam esta tarefa. Entretanto, há uma ligeira diferença em relação às meninas, que oferecem mais na feira (85,7%) do que os meninos (62,2%).

Sexo X Entregas

Meninos e meninas executam esta tarefa. No entanto, há uma ligeira diferença em relação aos meninos, que fazem mais entregas (64,9%) do que as meninas (57,1%).

Sexo X Carregamento de sacolas ou bolsas

Há uma pequena diferença: os meninos carregam mais sacolas ou bolsas (64,9%) do que as meninas (42,9%).

Sexo X Organização de produtos

Ambos organizam os produtos. Há, porém, uma ligeira diferença em relação aos meninos, que organizam mais (55,4%) do que as meninas (42,9%).

Sexo X Descarga de carro

Esta tarefa é feita apenas por meninos: 51,4% deles executam-na.

Sexo X Transporte em caixotes sozinho

Esta tarefa é pouco desempenhada pelos entrevistados. Os meninos executam-na mais, (36,5%), enquanto as meninas apenas 14,3%.

Sexo X carregamento de baldes d'água

Esta é também uma tarefa desempenhada só por meninos: 37,8% deles desempenham-na.

É possível inferir, a partir dos dados acima descritos quanto à relação entre sexo e as tarefas desempenhadas nas atividades informais urbanas no município de Guarabira, que há uma divisão social de sexo: os meninos desempenham mais as tarefas que requerem força, enquanto as meninas executam as tarefas de oferecer e vender. Segundo Alberto (2002), em pesquisa sobre o trabalho de crianças e adolescentes em condição de rua em João Pessoa, constata-se que, nas ruas, há divisão sexual do trabalho precoce: os meninos estão em tarefas que demandam esforço físico e as meninas estão em tarefas de cuidado ou de continuidade a de casa ou que demandam o uso do corpo como meio de propaganda, que exigem a exposição.

Além desse trabalho, você faz outro trabalho atualmente?

As crianças e adolescentes identificados trabalhando no setor informal urbano de rua foram questionados se, além desse trabalho, faziam um outro trabalho atualmente. Responderam que sim 32,1%; responderam que não 67,9%. Dentre os que responderam sim, os dados foram os que se seguem na tabela a abaixo:

Tabela 27- Outras atividades de trabalho

Outras atividades	<i>n</i>	%
Serviço de casa	6	23,1
Trabalho doméstico	5	19,2
Ajudante de pedreiro	5	19,2
Cuidador de animais	2	7,7
Montador de móveis	1	3,8
Capinar	1	3,8
Desconchar bananas	1	3,8
Agricultura	1	3,8
Ajudante de peixeiro	1	3,8
Vendedora de produtos de revistas	1	3,8
Auxiliar de cozeiro	1	3,8
Vendedor de roupas	1	3,8
Total	26	100,0

Os meninos e meninas desempenham outras atividades, dentre as quais se destacam as atividades domésticas que aparecem nas tarefas de “serviço de casa”, (23,1%), e “trabalho doméstico” (19,2%). São dados que demonstram a dupla ou tripla jornada para pessoas entre 8 e 14 anos de idade.

Para quem trabalham?

Os dados revelaram que 45,7% dos meninos e meninas trabalham para a família, 35,8% são autônomos, trabalham para si, e 18,5%, para um patrão. É significativo o fato de que essas crianças e adolescentes sejam empregados, uma vez que trabalham para um patrão ou para suas famílias, o que é revelador da exploração a que estão submetidos e da violação dos direitos da criança e do adolescente. Em ambos, as relações de trabalho ocorrem antes do permitido. Inexistem as garantias trabalhistas, no caso daqueles que trabalham para um patrão. O sub-item abaixo, “relação de trabalho e tipo de ganho”, mostrará que o trabalho para um patrão é feito muitas vezes em troca de pagamentos efetuados através de comida ou outros gêneros, como, por exemplo, presentes.

Segundo os dados da PNAD 2001, do total de crianças no Nordeste na faixa de 5 a 17 anos, ocupadas na semana de referência, 45,2% eram empregadas ou trabalhadoras domésticas, 6,2% eram trabalhadoras por conta-própria ou empregadoras, 41,2% eram trabalhadoras não-remuneradas e 7,4% eram trabalhadoras na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso.

A PNAD 2001, nos dados referentes a essa mesma faixa etária na Paraíba, revelou que o trabalho infantil apresentava a seguinte característica por condição de remuneração no trabalho principal: 13,8% desenvolviam suas atividades com remuneração e 17,3% sem remuneração.

Um aspecto a se ressaltar nos dados do trabalho infantil informal urbano em Gurarabira é que, além da atividade de trabalho principal, 42,3% dos sujeitos também trabalham em atividades domésticas – sendo, em 23,1% dos casos, para a família e 19,2% remunerados para terceiros – número compatível com os dados da PNAD 2001, que informam que 45,2%, na faixa de 5 a 17 anos, trabalham em atividades domésticas.

Alberto (2002, p. 171), investigando trabalhadores informais em condição de rua em João Pessoa, identifica que há a organização do trabalho e há relações sociais de trabalho:

(...) há os trabalhadores autônomos, que trabalham para si ou para a família, e os empregados, que trabalham para um patrão a quem chamam de dono (trata-se de uma referência em que este patrão é o dono das mercadorias que comercializa). As atividades são desempenhadas em grupo ou individualmente. Quando são feitas em grupo, constituem verdadeiros coletivos de trabalho⁶.

Relação de trabalho e tipo de ganho

O que se ganha depende da relação de trabalho. Verifica-se que existe uma associação fraca (Cramer's $V = 0,244$) estatisticamente significativa ($p < 0,05$) entre as duas variáveis “para quem trabalha” e “o que ganha”. Dentre os tipos de ganho, os que responderam “dinheiro” (89,7%) estão na categoria dos que “trabalham para si”. Só “comida” e “dinheiro e outros” apresentam os percentuais iguais de 40% na categoria “para a sua família” e “para um patrão”. O resultado mais significativo da categoria “trabalha para si” é explicado pela característica da atividade, informal urbano de rua.

Tabela 28 - Relação de trabalho em função do que ganham

Relação	O que você ganha?						Total	
	Dinheiro		Só comida		Dinheiro e outros		n	%
	n	%	n	%	n	%		
Trabalha para a família	21	56,8	1	2,7	15	40,5	37	100,0
Trabalha para um patrão	9	60,0	-	-	6	40,0	15	100,0
Para você	26	89,7	-	-	3	10,3	29	100,0
Total	56	69,1	1	1,2	24	29,6	81	100,0

⁶ A definição de coletivos de trabalho refere-se às atividades em que as tarefas são realizadas por um conjunto de trabalhadores. Não significa uma coleção de atividades, mas significa que vários concorrem para uma obra comum (Cru, 1987; Athayde, 1993).

Como aprenderam a trabalhar?

As formas como aprenderam a trabalhar são: “observando” 44,4%, “alguém ensinou” 40,7%, e “aprendeu fazendo” 14,8%. O que significa que, predominantemente, alguém ensinou: o pai 47,5%, a mãe 13,1%, irmãos 8,2%, familiares secundários 2,8%, o contratante 18% e outros 4,9%.

É interessante observar que a aprendizagem se dá através dos familiares, principalmente o pai e a mãe. Mas, ao se somar pai, mãe e irmãos atingem 60,6%, através da família, o que corrobora a hipótese, levantada no Capítulo Família, de que a cultura familiar é também um fator preponderante para a existência do trabalho precoce nas atividades informais urbanas, já que a ocupação dos pais dos sujeitos revelou que mais de 65,6% estão no setor serviços, 27,9% no setor comércio, enquanto as mães, 61,3% estão no setor serviços e 38,7% no setor comércio.

Alberto (2002), ao investigar trabalhadores informais em condição de rua em João Pessoa, observa que a destreza necessária é adquirida na realização da atividade de trabalho. A forma de inserção, por sua vez, inscreve-se num sistema de redes de solidariedade que estrutura as atividades de trabalho informais: amizade e parentesco. A aprendizagem se dá mediante a transmissão oral e a prática das tarefas que são feitas, inicialmente, pela pessoa que os inseriu naquela atividade. A aprendizagem tem continuidade com a observação do desempenho das tarefas pelos demais trabalhadores.

São trabalhadores que, dentro da característica multiforme da informalidade, compõem aquele grupo cujos direitos sociais e civis são limitados e frágeis, como se pudessem compor uma camada inferior dentro da camada social dos cidadãos cuja cidadania é fragmentada (Lautier, 1997).

O que ganham?

As formas de remuneração no trabalho infantil informal urbano são “dinheiro” 69,1%, “dinheiro e outros” 29,6%, e 1,2% “só comida”. É significativo que mais de 30% dessas crianças e adolescentes não recebam pagamento. Dados nacionais, oriundos da PNAD 2001, dão conta de que 41,2% não são remunerados. Kassouf (2004), ao analisar dados da PNAD 2001, também encontrou meninos e meninas entre 5 e 11 anos que não recebiam remuneração. São dados que revelam o caráter de exploração e violação dos direitos humanos dessas crianças e adolescentes, cuja inserção precoce negará a sua infância. Estes fatos remetem à discussão preconizada por Áries (1981), uma vez que não é possível discorrer sobre infância e adolescência como processos de desenvolvimento únicos e universais.

A infância, tal como se concebe hoje, no século XXI, é algo que emerge no século XVIII, quando se começa a fazer uma nítida separação entre a criança e o adulto, e a família passou a ser o núcleo responsável pelo cuidado e educação da infância. Para exercer tal função, a família modificou-se, resguardou-se, privatizou-se em detrimento da atenção e do amor que deveriam ser dedicados às crianças.

Mas, apesar de a infância conquistar um espaço como período de desenvolvimento durante o qual a criança deve ser preparada, a partir de determinadas condições necessárias para a vida adulta, vê-se que esta definição está condicionada à sua situação de classe socioeconômica. Apenas a algumas crianças são garantidas essas condições. Há uma outra infância, ou melhor, há outros sujeitos a quem estas condições são negadas – “a infância negada”, a infância trabalhadora (Kramer, 1996).

Distantes duzentos anos do século XVIII, a situação da infância continua diferenciada, em detrimento da sua inserção social. Mas, se a infância é uma formulação histórica e social, diria-se que, no caso da infância trabalhadora, continua privada do cuidado, da atenção afetiva e educativa relevantes para o desenvolvimento. Aliás, assim como a noção de infância é histórica, a forma de tratar a infância das classes populares também o é.

A análise da infância tem sido feita mediante um enfoque centrado nas características da dinâmica do desenvolvimento individual da criança, que pouco levou em consideração os fatores históricos, sociais e culturais. O trabalho precoce é uma das formas que permitem entreolhar e analisar a construção social da posição da infância na sociedade.

Quanto ganham e renda semanal

No que diz respeito a renda *per capita*, os dados mostram que os sujeitos recebem valores semanais que variam de R\$ 1,00 a R\$ 50,00 reais, com uma maior concentração entre R\$ 1,00 e R\$ 10,00. São valores baixos, mas que, considerando a renda da família de ½ a 1 salário mínimo, explicam porque esses sujeitos justificam a inserção precoce pelas necessidades financeiras.

Kassouf (2004), analisando dados da PNAD 2001, revela que meninos com idade entre 5 e 11 anos recebem entre zero e ½ salário mínimo. A situação altera-se um pouco para aqueles sujeitos com idade entre 12 e 15 anos, com renda um pouco melhor, sendo que meninos recebem mais, de 1 a 2 salários mínimos, e as meninas recebem menos de ½ a 1 salário mínimo.

Tabela 29 – Renda semanal

Renda	<i>n</i>	%
1 - 10 reais	52	67,5
11 - 20 reais	14	18,2
21 - 30 reais	7	9,1
31 - 40 reais	3	3,9
41 - 50 reais	1	1,3
Total	77	100,0

Jornadas e turno de trabalho

Os dados revelam que 69,1% dos sujeitos trabalhavam de 1 a 3 dias, 14,8% trabalhavam 6 dias e 8,6% de 4 a 5 dias. A concentração de 1 a 3 dias deve-se às atividades de fretista e feirante, que dependem dos dias de feira. Sendo que 85,2% trabalham no turno diurno e 14,8% trabalham nos turnos diurnos e noturnos. Esse número de 14,8% trabalhando no turno noturno, mesmo não sendo significativo estatisticamente, é motivo de ênfase, porque expõe crianças e adolescentes. Assim como o trabalho infantil é proibido por Lei, no Estatuto da Criança e do Adolescente, o trabalho noturno o é mais ainda (Art. 67 parágrafo 1):

É vedado trabalho noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.

Tabela 30 – Faixas etárias em função das horas trabalhadas por dia

Faixas etárias	Horas trabalhadas por dia											
	1 a 2		3 a 4		5 a 8		9 a 12		Mais de 12		Total	
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%
8 a 14	2	3,2	14	22,2	29	45,0	15	23,8	3	4,8	63	100,0
15 a 16	1	7,7	-	-	5	38,5	7	53,8	-	-	13	100,0
17 a 18	-	-	1	33,3	2	66,7	-	-	-	-	3	100,0
Total	3	3,8	15	19,0	36	45,6	22	27,8	3	3,8	79	100,0

Uma carga horária de trabalho dessas, de acordo com a qual 45,6% dos sujeitos trabalham de 5 a 8 horas, 27,8% de 9 a 12 horas diárias, e 97,5% desses sujeitos têm entre 8 e 16 anos, pode ser extremamente nefasta para o desenvolvimento e a cidadania. Essa carga horária contribui na compreensão do atraso escolar. Nesta pesquisa, encontrou-se um índice de defasagem escolar que varia de 1 a 8 anos, com 45,8% tendo sido reprovados pelo menos uma vez. Sendo que 34,6% dos entrevistados revelam que se sentem “muito cansados” após um dia de trabalho e 32,1% sentem-se “cansados”.

Segundo Alberto (2002), o trabalho precoce nas atividades informais em condição de rua contribui com o analfabetismo de jovens, promove o baixo nível de escolaridade e a defasagem escolar porque dificulta o aprendizado da leitura e da escrita. O trabalho compromete o estudo porque leva esses meninos e meninas a não freqüentarem a escola, o que acaba desestimulando e provocando a chamada evasão escolar.

Ao se verificar que 73,4% dos sujeitos tinham uma carga horária que variava de 5 a 12 horas diárias e que mais de 20% trabalhavam uma jornada semanal de 4 a 6 dias, tentou-se verificar a correlação entre faixas etárias, dias trabalhados e horas trabalhadas por dia.

A correlação entre as duas variáveis examinadas na tabela a seguir foi significativa apenas na faixa etária de 8 a 14 anos. É preciso considerar, no conjunto dessa análise sobre jornada, a relação entre o número de dias trabalhados, as horas trabalhadas por dia e a idade. Ao se considerar que 46% dos entrevistados de 8 a 14 anos trabalham de 5 a 8 horas, e que 23,8% têm uma jornada de 9 a 12 horas de trabalho, a análise dos dados conduz à reflexão de que a violação dos direitos da criança e do adolescente acontece não só pela inserção precoce, mas por um conjunto de fatores que compõem a atividade exploratória, tais como a jornada diária e semanal, e a exposição nas ruas da cidade de Guarabira.



Tabela 31- Faixas etárias e dias trabalhados X horas trabalhadas por dia

faixas etárias			Horas trabalhadas por dia					Total
			1 a 2 horas	3 a 4 horas	5 a 8 horas	9 a 12 horas	mais de 12 horas	
8 a 14	Dias trabalhados por semana	1 a 3 dias	<i>n</i>	4	26	11	3	44
			%	9,1%	59,1%	25,0%	6,8%	100,0%
	4 a 5 dias	<i>n</i>	3	1	1		5	
		%	60,0%	20,0%	20,0%		100,0%	
	6 dias	<i>n</i>	1	5	2	2	10	
		%	10,0%	50,0%	20,0%	20,0%	100,0%	
	7 dias	<i>n</i>	1	2		1	4	
		%	25,0%	50,0%		25,0%	100,0%	
	Total	<i>n</i>	2	14	29	15	3	63
		%	3,2%	22,2%	46,0%	23,8%	4,8%	100,0%
15 a 16	Dias trabalhados por semana	1 a 3 dias	<i>n</i>		4	5	9	
			%		44,4%	55,6%	100,0%	
	4 a 5 dias	<i>n</i>			1	1	2	
		%			50,0%	50,0%	100,0%	
	6 dias	<i>n</i>	1				1	
		%	100,0%				100,0%	
Total	<i>n</i>	1		5	7	13		
	%	7,7%		38,5%	53,8	100,0%		
17 a 18	Dias trabalhados por semana	1 a 3 dias	<i>n</i>		1		1	
			%		100,0%		100,0%	
	6 dias	<i>n</i>		1			1	
		%		100,0%			100,0%	
	7 dias	<i>n</i>			1		1	
		%			10,0%		100,0%	
Total	<i>n</i>		1	2		3		
	%		33,3%	66,7%		100,0%		

O que fazem além do trabalho?

O objetivo deste item era verificar o quanto de penetração o trabalho tem na vida de uma criança, que deveria ter como ocupação o estudo e o brincar. Os dados revelaram que uma parcela dos entrevistados estuda (85,2%) e brinca (60,5%), embora o lazer ocupe pouquíssimo tempo (9,8%). O brincar desempenha importante papel no desenvolvimento da criança, tanto no aspecto afetivo, como no cognitivo. Não brincar expõe à vulnerabilidade psicossocial, como decodificação do pensamento, embotamento afetivo e formação acrítica.

Psicanalistas (Winnicott, 1975) e cognitivistas (Vygotsky, 1989) explicam, de forma diferente, o motivo de a criança brincar. Para os psicanalistas, a brincadeira propicia uma organização para as crianças iniciarem relações de contatos sociais. O brincar oportuniza a comunicação entre o mundo consciente e o inconsciente da criança, ajuda a elaborar a representação do mundo, servindo de elo entre a realidade interior e a realidade exterior. Para os cognitivistas, o brincar preenche as necessidades da criança para o seu desenvolvimento, possibilita a aquisição dos pré-requisitos para a construção das estruturas operacionais, do pensamento lógico, de autonomia moral e da linguagem socializada.

Trabalha em outra atividade e brinca

Como 32,1% dos sujeitos entrevistados declararam que trabalhavam em outras atividades, além da informal urbana em condição de rua, o que poderia significar outra jornada de trabalho que impediria mais ainda o acesso às brincadeiras, consideradas imprescindíveis ao desenvolvimento infanto-juvenil, procedeu-se a um cruzamento de tabelas entre “outro trabalho atualmente” e “brincar”. O resultado não foi estatisticamente significativo ($p > 0,05$). Entretanto, ao observar com cuidado a tabela seguinte, verifica-se que, entre aqueles que realizam outro trabalho 50% brincam e 50% não brincam. Mas o número dos que brincam entre os que não desempenham outra atividade de trabalho é ligeiramente superior (65,5%). Mas, vale salientar que entre aqueles que não desempenham outra atividade há 34,5% que também não brincam. Logo, é possível abstrair que existe uma diferença, embora pequena, entre realizar outro trabalho e brincar – quem não desempenha outra atividade de trabalho desfruta um pouco mais de tempo para brincar.

Tabela 32 - Faz outro trabalho em função de brincar

Faz outro trabalho atualmente?	Brinca				Total	
	Sim		Não		n	%
	n	%	n	%		
Sim	13	50,0	13	50,0	26	100,0
Não	36	65,5	19	34,5	55	100,0
Total	49	60,5	35	39,5	81	100,0

Perguntou-se, então, objetivamente, “Além desse trabalho, você faz outro trabalho atualmente?” e 32,1% responderam que sim, conforme tabela abaixo. Vale ressaltar a incidência de trabalho doméstico, quer para a família (23,1%) quer para terceiros (19,2%). Os dados provocam a reflexão em termos da sobrecarga para a criança e o adolescente, aliado ao fato de que revela o quanto a informalidade utiliza-se dessa mão-de-obra.

Tabela 33 - Outras atividades de trabalho

Outras atividades	<i>n</i>	%
Serviço de casa	6	23,1
Trabalho doméstico	5	19,2
Ajudante de pedreiro	5	19,2
Cuidador de animais	2	7,7
Montador de móveis	1	3,8
Capinar	1	3,8
Desconchar bananas	1	3,8
Agricultura	1	3,8
Ajudante de peixeiro	1	3,8
Vendedora de produtos de revista	1	3,8
Auxiliar de cozeiro	1	3,8
Vendedor de roupa	1	3,8
Total	26	100,0



Escolaridade

Guarabira tinha 9.137 pessoas residentes com 10 anos ou mais de idade sem instrução e menos de 1 ano de estudo, o que dava 17,7% do total de 51.482 (Censo 2000).

No que diz respeito à escolaridade, da amostra investigada apenas um sujeito não estudava. Em relação ao nível de escolaridade, 92,5% cursa o ensino fundamental e 7,5% o ensino médio, sendo que predomina a 4ª série com 26,3% e a 5ª série com 22,5%. Dentre os sujeitos, 97% apresentam defasagem escolar. Há uma defasagem de 1 a 8 anos, predominando 2 anos de defasagem com 32,8%.

Tabela 34- Série que cursam atualmente

Série	<i>n</i>	%
1ª do Ens. Fundamental	2	2,5
2ª do Ens. Fundamental	9	11,3
3ª do Ens. Fundamental	12	15,0
4ª do Ens. Fundamental	21	26,3
5ª do Ens. Fundamental	18	22,5
6ª do Ens. Fundamental	10	12,5
7ª do Ens. Fundamental	1	1,3
8ª do Ens. Fundamental	1	1,3
1ª do Ens. Médio	1	1,3
2ª do Ens. Médio	1	1,3
3ª do Ens. Médio	1	1,3
Se liga	3	3,8
Total	80	100,0

Segundo Rizzini *et al.* (1996), as crianças e adolescentes que trabalham apresentam os maiores índices de evasão escolar. Cervini e Burger (1991) chegam a conclusões semelhantes, apenas diferenciando os percentuais para crianças e adolescentes. No caso das crianças, o índice de exclusão da escola é ligeiramente menor do que o dos adolescentes. Rizzini *et al.* (*ibid.*, p. 86) acrescentam ainda: (...) a defasagem escolar mantém também uma relação estreita com o trabalho, uma vez que as crianças e os adolescentes que trabalham progridem mais lentamente na escola.

Um outro fator a se acrescentar é que o nível de escolaridade das crianças também se relaciona com o rendimento da família a que pertence. De modo que o nível de escolarização das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos aumenta à medida que aumenta o rendimento da família (PNAD, 2003).

Sexo e defasagem

A relação entre sexo e defasagem não foi significativa: as meninas apresentam a maior defasagem escolar, na categoria de 1 e 2 anos. Nas categorias de 3 e 4 anos, os meninos são quem apresentam maior defasagem. Nas categorias de 5 a 8 anos de defasagem, só os meninos apresentam defasagem escolar. Há mais meninas matriculadas do que meninos. Não há diferenças significativas entre eles quanto ao percentual de reprovados, ambos correspondem a 75%. Mas uma análise mais detalhada possibilita vislumbrar que as meninas apresentam menos tempo de defasagem do que os meninos. O que significa que, ao longo do tempo, os meninos ou são mais reprovados ou desistem mais do que as meninas.

No que diz respeito à análise de gênero, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999, do total de crianças e adolescentes na faixa dos 10 aos 17 anos sem instrução ou com menos de um ano de instrução, 49,40% são homens e 50,60% são mulheres. Isto significa que, nesta faixa etária, os homens têm um pouco mais de instrução do que as mulheres.

Idade que começaram a trabalhar X Defasagem

A relação entre a idade em que começou a trabalhar e a defasagem escolar foi significativa ($p=0,034$), correlação muito forte ($g=0,89$). Quanto maior o tempo de trabalho, ou quanto mais cedo se começa a trabalhar, maior a defasagem escolar. Este dado corrobora as pesquisas que mostram que há uma relação significativa entre a inserção precoce no trabalho e os baixos níveis de escolaridade.

Tabela 35 - Faixas etárias em que começaram a trabalhar em função da defasagem escolar

Faixas	Defasagem (em anos)												Total	
	1		2		3		4		5		8		n	%
3 a 6 anos	1	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100,0
7 a 12 anos	12	10,0	22	34,9	13	20,6	11	17,5	4	6,3	1	1,6	63	100,0
13 a 18 anos	-	-	-	-	-	-	2	66,7	1	33,3	-	-	3	100,0
Total	13	19,4	22	32,8	13	19,4	13	19,4	5	7,5	1	1,5	67	100,0

As concepções de Ferreira (1979), Bataglia (1993) e Nogueira (1993) corroboram as demonstradas nesta pesquisa, isto é, que o trabalho precoce impede a escolarização e outras atividades formativas por provocar a desistência e a evasão escolar. Bataglia (*op. cit.*) diz que a evasão escolar constitui uma grave consequência do trabalho precoce por dificultar a escolarização e a profissionalização.

Tempo de trabalho X Número de reprovações

Ao se perguntar aos trabalhadores precoces no setor informal urbano se já haviam sido reprovados alguma vez, 73,8% afirmaram que sim e 26,3% responderam que não. Todavia, correlacionar o número de reprovações com o tempo de trabalho não resultou significativo. Mas percebe-se alguns aspectos importantes: no grupo dos que foram reprovados uma vez, o maior percentual está entre aqueles que têm entre 7 e 12 anos de trabalho. No grupo que foi reprovado 2 vezes, o maior

percentual está entre 4 e 6 anos de trabalho. Segundo eles, os principais motivos pelos quais foram reprovados dizem respeito à “relação com a estrutura escolar” 66,1%, “trabalho” 27,1%, “problemas pessoais familiares” 6,8%. Dentre os 65,1% que já foram reprovados, 45,8% foram uma vez, 28,8% duas vezes, 13,6% três vezes e 11,9% mais de três vezes.

Não trabalhar não melhora o nível educacional, a tal ponto que a maior queixa para as reprovações foi a estrutura escolar: “bagunça”, “dificuldade de relacionar-se com professores e colegas” e “dificuldade de aprendizagem”. Embora os sujeitos não reconheçam no trabalho as causas das reprovações, pode-se dar o fato que as pesquisas têm mostrado, de que os sujeitos atribuem a si a responsabilidade pelas reprovações. Isto poderia explicar o fato de que eles não associam as reprovações ao trabalho. Neste caso, valeria à pena uma outra pesquisa que verificasse o significado da “bagunça”, e da “dificuldade de relacionamento”. No caso da dificuldade de aprendizagem, os riscos sociais indicam que os maiores índices referem-se às dificuldades escolares (ler, escrever e contar).

Segundo Estrela (2004), em pesquisa feita numa escola pública do município de Santa Rita na Paraíba, que atende, na sua maioria, trabalhadores precoces na cultura do abacaxi, o trabalho é visto pelos professores como uma responsabilidade designada à vida adulta, nessas condições entendida por eles como uma aspiração e sonho de todo cidadão. Entretanto eles reconhecem que, quando esse trabalho se torna responsabilidade de uma criança, em vez de sonho ele torna-se um motivo de desmoroamento de possibilidades de vida e de sonhos. Entretanto, paradoxalmente, quando a pesquisadora aborda esses mesmos professores sobre as responsabilidades pelas reprovações, um grupo significativo deles as atribuem aos indivíduos. O que demonstra, entre outros aspectos, que a escola e seu corpo de profissionais também têm dificuldades de correlacionar o desempenho escolar ao processo de trabalho.

Faz-se pertinente refletir sobre o papel social da escola e reavaliar o que é oferecido para essas crianças e adolescentes pobres, cujo principal instrumento de transformação, a escola, apresenta-se-lhes pouco eficaz. Os dados expõem a dificuldade da instituição escolar de lidar com essa clientela composta por trabalhadores infantis.

Nesta pesquisa, 73,8% reprovados são crianças e adolescentes adultizados precocemente, que não encontram no modelo de escola a que têm acesso o acolhimento de que necessitam para progredir nos estudos. Predomina uma inabilidade da escola para lidar com os comportamentos de meninos que já são autônomos. É essa inabilidade da escola uma das causas das reprovações e da evasão escolar. O que justifica a defasagem escolar, retendo número significativo de sujeitos no ensino fundamental. Pode ser um fator explicativo para o analfabetismo juvenil que vem crescendo.

No que diz respeito às bagunças, Alberto (2002), ao estudar meninos trabalhadores em condição de rua, observou que eles se utilizam de defesas diante da eminência de falhar na escola. Alberto (2002) constatou que as bagunças e as *arengas*⁷ são defesas usadas para esconderem as dificuldades na escola, muitas das quais são conseqüências da precocidade no trabalho, como por exemplo as dificuldades decorrentes do cansaço e da inadequação do conteúdo e do método para as necessidades deles, o que os leva a uma baixa auto-estima. Portanto as “bagunças” poderiam significar mecanismos de defesa para evitar o sofrimento decorrente do sentimento de culpa e incapacidade.

¹¹ Termo usado por eles para se referirem às brigas.

Nesta pesquisa, tentou-se verificar se há uma relação entre o número de horas trabalhadas e a defasagem escolar, mas os resultados estatísticos não foram significativos, o que pode ser explicado pelo fato de que não se atribuem ao trabalho as causas das reprovações. Todavia, os percentuais mais altos em relação a jornada diária residem nos grupos que trabalham de 5 a 8 horas (45,6%) e 9 a 12 horas (27,8%), o que significa cargas horárias altas para sujeitos com idades entre 8 e 14 anos (80,2%).

Tais dados corroboram os de outros autores (Ferreira, 1979; Nogueira, 1993): as crianças e adolescentes que trabalham apresentam os maiores índices de evasão escolar. O trabalho precoce impede a escolarização e outras atividades formativas por provocar a desistência e a evasão escolar. Estes aspectos constituem graves conseqüências do trabalho precoce que vem dificultar a escolarização e a profissionalização (Bataglia, 1993). E de que o déficit educativo conduz a uma redução de ingresso na vida ativa quando forem adultos (OIT; 1996) pela falta de capital cultural (Bourdieu, 1974; Bourdieu et Passerón, 1975).



Riscos

Riscos têm diversos significados. Aqui estamos considerando a possibilidade de perda, dano ou perigo. A noção de riscos está associada tanto à presença de máquinas, ambiente de trabalho, substâncias ou situações perigosas, quanto à probabilidade de um acidente, doença ou sofrimento. É preciso considerar que os riscos não são estáticos e aliam-se aos contextos nos quais se inserem os indivíduos (Brito e Porto, 1991; Porto, 2000). Embora não se tenha indagado às crianças e aos adolescentes sobre queixas, vale ressaltar que cada categoria de riscos, pode corresponder alguns efeitos.

A Organização Internacional do Trabalho – OIT (Forrastieri, 1997) usa a categoria riscos e usa tanto a palavra *hazard*, que se refere a um risco material, concretizado num agente particular ou em uma dada situação perigosa, quanto *risks*, que se refere a uma análise quantitativa, estudo de probabilidade que, dada a presença de um *hazard*, desencadeará uma doença ou acidente.

Usaremos a categoria riscos pelo fato de que ela permite o mapeamento de condições que são potencialmente prejudiciais à saúde. As atividades estudadas possibilitaram que se detectasse a exposição dos meninos e meninas em condições potencialmente prejudiciais à saúde.

No caso dos trabalhadores precoces, a noção de risco deve estar relacionada com sua condição de crescimento, não se focalizando apenas os fatores imediatos, mas aqueles que ameaçam o seu desenvolvimento ao longo do tempo (Meirelles, 1998).

Indagados a cerca de “como se sentem depois de um dia de trabalho”, os sujeitos responderam que se sentem “muito cansados” (34,6%), “cansados” (32,1%) “pouco cansados” (2,5%), “normal” (6,2%) e “bem” (24,7%).

Este cansaço é explicado considerando-se a idade dos sujeitos, os tipos de atividades que desenvolvem (conforme se apresentou no capítulo Atividade), e a jornada diária de 45,6% para sujeitos que trabalham de 5 a 8 horas. Some-se o horário que iniciam a jornada: 25,9% dos sujeitos iniciam às 5 horas, o que significa acordar muito cedo, diminuindo o tempo do sono primordial nesta etapa do desenvolvimento em que a maioria se encontra.

Tempo de pausa no trabalho

Dentre os trabalhadores precoces no setor informal urbano de rua, 79% têm pausas e 21% não têm pausas, o que é significativo. O trabalho infantil já é prejudicial e, sem pausas, é muito desgastante.

As pausas duram de 1 minuto a 1 hora. Dentre os 79% que têm pausas, para 31,5% as pausas duram de 1 a 10 minutos, para 20,4% a pausa dura de 31 a 60 minutos, para 18,5% dura de 21 a 30 minutos, para 16,7% dura de 11 a 20 minutos.

O horário de pausa se dá entre 07:00 e 09:00 horas (44,7%), 10:00 e 12:00 horas (42,6%). É compreensível que, para quem começa a trabalhar entre 2 e 3 horas da manhã, se acumule adicionalmente, no mínimo, 4 a 8 horas de trabalho. A pausa neste horário poderá ser uma decorrência da fome e do cansaço, já que se tem aí uma jornada de trabalho, possivelmente, para alguns, de 8 horas. Considerando-se que são crianças e adolescentes, isto pode ser extremamente desgastante.

Silva *et al.* (1994, p. 10) constata que, na construção civil, os acidentes acontecem com maior ocorrência no período de 2 a 4 horas do início do trabalho. O que pode estar relacionado ao fato de que é neste intervalo que o setor está no pique de sua produção, intensificando o ritmo das atividades. O trabalhador já está fraco devido à sua parca alimentação (apenas pão e café): (...) *devido à fome que já vai apertando (...) começa a sentir o peso do esforço físico (...) a fadiga começa a ser sentida, ocasionando uma perda dos reflexos, somada às exigências da organização do trabalho(...).*

Vale ressaltar que os trabalhadores precoces no setor urbano informal de rua não identificam suficientemente os riscos. Entretanto, o fato de não se sentirem afetados não significa que inexista, mas revela a dimensão da gravidade, do quão nefastas e insalubres são as atividades a que crianças e adolescentes nesta faixa etária estão submetidos e que eles nem sequer têm conhecimento disso.

Riscos físicos

Em termos de riscos físicos, os cinco que mais apareceram foram: temperatura, umidade, radiações, ruídos, iluminação excessiva.

Tabela 36 – Riscos físicos

Riscos	Muito		Médio		Total	
	<i>f</i>	<i>%</i>	<i>f</i>	<i>%</i>	<i>f</i>	<i>%</i>
Temperatura	20	24,7	18	22,2	38	46,9
Umidade	26	32,9	11	13,9	37	46,8
Radiação	26	32,5	10	12,5	36	45
Ruído	17	21	11	13,6	28	34,6
Iluminação	9	11,8	7	9,2	16	21

A temperatura referia-se ao calor, a umidade é da chuva ou das águas, ou até de esgotos que rolam a céu aberto, nas feiras livres e mercados públicos, predispondo esses trabalhadores a outros fatores de risco, como, por exemplo, biológico. A radiação é solar. No caso de temperatura e chuvas, pode ter como efeitos fadigas, gripes e resfriados. A iluminação excessiva é um fator preocupante, pois o sol emite vários tipos de raios ultravioletas, dos quais os mais perigosos são A e B. As crianças estão mais expostas aos riscos da radiação UV, pois têm a pupila maior, além da córnea e o cristalino serem menos eficientes na filtragem. Some-se a isso o fato de que as pessoas que desenvolvem atividades ao ar livre também estão mais expostas. Logo essas crianças e adolescentes estão duplamente expostas aos riscos, além do fato de que a exposição excessiva ao sol pode causar o câncer de pele.

Ainda no que diz respeito à exposição ao sol e à temperatura mais alta, elas provocam maior produção de calor nas crianças do que nos adultos que realizam o mesmo esforço, porque elas têm menor capacidade de perder calor por evaporação e por ter menor atividade das glândulas sudoríparas. Logo, há menos suor, com menor capacidade de troca de calor com o ambiente, que resulta um maior desgaste.

A fonte de ruído é o barulho proveniente da agitação do espaço da rua. Pode provocar, dentre outros problemas, perda parcial ou total da audição e tensão nervosa.

Riscos químicos

Dentre os riscos químicos, os que mais apareceram foram os gases tóxicos. São as substâncias suspensas no ar na forma sólida. Referiam-se a poluição, fuligem e fumaça dos carros. Os riscos químicos podem ocasionar efeitos carcinogênicos, irritantes, asfixiantes e alergizantes. No caso de crianças e adolescentes, a camada superficial não completamente desenvolvida favorece a maior absorção de substâncias tóxicas.

Tabela 37- Riscos químicos

Riscos	Muito		Médio		Total	
	<i>f</i>	<i>%</i>	<i>f</i>	<i>%</i>	<i>f</i>	<i>%</i>
Gases Tóxicos	12	15	13	16,3	25	31,3

Riscos biológicos

Os riscos biológicos que mais apareceram foram “vírus” (43,8%), “bactérias” (25,6%), “mordidas de animais” (22,2%), “insetos, cobras e escorpiões” (21%). Os efeitos dos riscos biológicos podem ocasionar doenças “contagiosas”, “infectoparasitárias”, “gripes”, “resfriados” e “envenenamento por picada”.

Tabela 38 - Riscos biológicos

Riscos	Muito		Médio		Total	
	<i>f</i>	<i>%</i>	<i>f</i>	<i>%</i>	<i>f</i>	<i>%</i>
Vírus	22	27,5	13	16,3	35	43,8
Bactérias	10	12,8	10	12,8	20	25,6
Mordida de animais	10	12,3	8	9,9	18	22,2
Insetos, cobras, escorpiões	8	9,9	9	11,1	17	21,0

Riscos ergonômicos

Os riscos ergonômicos permitem vislumbrar as exigências físicas desta atividade no setor informal urbano em condição de rua, uma vez que demanda posições corporais forçadas com o corpo curvado, tais como “transporta em carro de mão” (72,8%), “vende” (66,7%), “oferece” na feira (62,2%), “faz entregas” (64,2%), “carrega sacolas ou bolsas” (63%), “organiza produtos” (54,3%), “descarrega carro” (46,9%). Além desses aspectos, há de se ressaltar a organização do trabalho a que se submete o sujeito, o que tem a ver com as jornadas prolongadas, responsabilidade e ritmos intensos.

Tabela 39 – Riscos ergonômicos

Riscos	Muito		Médio		Total	
	<i>f</i>	<i>%</i>	<i>f</i>	<i>%</i>	<i>f</i>	<i>%</i>
Posturas corporais forçadas	32	39,5	14	17,3	46	56,8
Jornadas prolongadas	32	39,5	11	13,6	43	53,1
Pegar peso	26	32,1	16	19,8	42	51,9
Responsabilidade	27	33,3	12	14,8	39	48,1
Ritmos intensos	21	26,3	13	16,3	34	42,6
Movimentos repetitivos	16	20	11	13,8	27	33,8
Competição	18	22,8	6	7,6	24	30,4
Trabalho noturno	11	13,6	6	7,4	17	21

Trabalho pesado em idade precoce também tem outras conseqüências diretas no desenvolvimento físico e mental das crianças. O corpo delas sofre os efeitos da fadiga devido ao dispêndio excessivo de energia, mais do que em adultos. A maioria das crianças sofre também de má nutrição devido à ingestão de comidas inadequadas, que baixam a resistência delas e fazem-nas ainda mais vulneráveis às doenças. A prevalência de anemia, nutrição pobre e longas horas de trabalho facilitam a redução da capacidade de trabalho de crianças. E a fadiga contribui para a freqüência de acidentes e enfermidades (Forastieri, 1997).

Riscos sociais

Com relação aos riscos sociais, os que mais apareceram foram: “o seu trabalho não lhe dará formação profissional para o futuro” (42,9%) e “envelhecer antes do tempo” (35,1%).

Tabela 40 – Riscos sociais

Riscos	Muito		Médio		Total	
	<i>f</i>	<i>%</i>	<i>f</i>	<i>%</i>	<i>f</i>	<i>%</i>
Trabalho atrapalha a formação profissional para o futuro	25	30,9	12	14,8	37	45,7
Envelhecer antes do tempo	9	11,3	19	23,8	28	35,1

Vale ressaltar que os riscos sociais tanto podem referir-se à vulnerabilidade e às condições de trabalho, como às implicações psicossociais para o seu desenvolvimento. Quanto às condições de trabalho, também se indagou aos sujeitos sobre violência, socialização desviante, morar em alojamentos, mas eles não se sentiram afetados.

Forastieri (1997), ao referir-se a exemplos de ocupações arriscadas (perigosas) para a saúde de crianças trabalhadoras, descreve os seguintes riscos e conseqüências para a saúde de trabalhadores e trabalhadoras de rua nas atividades de prostituição, vendedores e vendedoras, limpadores de carro: riscos de exposição às drogas, violências (abusos, criminais, tráfico, acidentes), perigos à formação

moral, afastamento da família e da comunidade e traumas de movimentos repetitivos. Estas são ofensas repetitivas menores para uma parte do corpo, que se desenvolvem somente após certo período de tempo.

A subjetividade forma-se dentro de um processo complexo, no ser trabalhador sem ter trabalho fixo, no trabalho irregular, que caracteriza algumas formas de trabalho informal (como, por exemplo, atividades de trabalho informal executadas pelos meninos e meninas: vender frutas, doces, quentinhas, refrigerantes; olhar carro, que é um ambiente facilitador da exploração sexual comercial e prostituição).

Este tipo de trabalho fragmenta a cidadania, uma vez que submete estes trabalhadores e trabalhadoras precoces aos riscos (das ruas) da fragmentação de suas vidas, com a negação da infância, a submissão às situações que culminam em obtenção de ganhos, a separação das famílias, a ausência à escolaridade. Poderão ser precarizados para o resto da vida. O trabalho pode também, a longo prazo, ter conseqüências negativas para o desenvolvimento social, podendo, inclusive, conduzir à educação sem qualidade e sem perspectiva de emprego. Perderão a possibilidade de adquirir o capital cultural que é o fundamento para seu futuro, para seu desenvolvimento psicossocial, intelectual e de cidadania. Os meninos e meninas, quando estiverem na idade certa para ingresso no mercado de trabalho, não terão acesso às profissões que requerem escolaridade e possibilitam cidadania e bem-estar.

Riscos psicológicos

Os dados revelaram dois tipos de riscos psicológicos: um, de caráter cognitivo, e outro, de caráter afetivo-emocional. Os que mais se sobressaíram, tanto em constância, como em percentual, foram os cognitivos. Eles revelaram as dificuldades dos trabalhadores precoces nas atividades informais em condição de rua com o acompanhamento e o desempenho do processo escolar, principalmente naquelas atividades consideradas fundamentais (LDB, Lei Federal nº 9.349; Os Parâmetros Curriculares Nacionais): o domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Os riscos afetivo-emocionais dizem respeito ao sentimento que constroem quanto ao que fazem e o medo que sentem da relação entre o trabalho e o futuro. Destacaram-se os seguintes riscos: “perda do tempo da infância”, “sentimento de incapacidade”, “dificuldade de expressar sentimentos e emoções”.

Tabela 41 – Riscos psicológicos

Riscos	Muito		Médio		Total	
	f	%	f	%	f	%
Dificuldade para aprender matemática	25	30,9	14	17,3	39	48,2
Dificuldade de aprender a ler na escola	23	28,4	8	9,9	32,9	38,3
Perda do tempo da infância	22	27,5	7	8,8	29	36,3
Ficar adulto antes do tempo	14	17,7	12	15,2	26	32,9
Dificuldade para expressar uma idéia	12	15	14	17,5	26	32,5
Dificuldade para repassar uma informação	16	19,8	10	12,3	26	32,1
Dificuldade para escrever na escola	20	24,7	5	6,2	25	30,9
Dificuldade para compreender uma informação	12	14,8	13	16	25	30,8
Sentimento de incapacidade	15	18,8	5	6,3	20	25,1
Dificuldade de expressar sentimentos e emoções	10	12,5	9	11,3	19	23,8

Esses dados sobre as dificuldades com o processo de aprendizagem tornam compreensíveis os dados do IBGE sobre o analfabetismo na Paraíba. Elevada taxa de analfabetismo: 22,9% da população do estado com 7 anos e mais ainda eram analfabetas. Em 2003, a taxa esta próxima da encontrada para o Nordeste, que era de 22,2%, diferente de outras regiões, como o Sul, por exemplo. No Rio Grande do Sul, no mesmo ano, essa taxa era de apenas 5,5% e a da região Sul, de 5,9%.

Os sujeitos queixam-se de que o trabalho cansa o corpo. Este dado leva à compreensão de que ele, assim, compromete o estudo porque, embora 98,2% estejam estudando, 73,8% já foram reprovados pelo menos uma vez e 97% apresentam defasagem escolar que varia de 1 a 8 anos e, conseqüentemente, pode acabar desestimulando e provocando a chamada evasão escolar.

A dificuldade para se expressar ou repassar uma informação pode estar relacionada à linguagem. Carraher (1989), a propósito das dificuldades de crianças das classes populares com a linguagem falada, prefere conceber a existência de uma cultura do silêncio – própria do processo de colonização a que foram submetidas as classes populares, ou, ainda, decorrente de um processo de negação do direito de acesso à alfabetização – do que à existência de um déficit lingüístico pertinente às crianças das classes populares.

Quanto aos aspectos afetivo-emocionais, sobressai-se o medo. Para a Psicodinâmica (Dejours *et alii*, 1994), o medo é uma das expressões da vivência subjetiva do sofrimento. Está presente a todas as atividades de trabalho e decorre dos riscos inerentes a elas. O medo responde, do ponto de vista psicológico, aos riscos. A vivência do medo existe concretamente, mas, muitas vezes, é camuflado pelas defesas. Estas defesas ajudam os trabalhadores a enfrentarem os riscos e o medo decorrente deles. Pois, se o medo se mantivesse consciente nas atividades que implicam riscos, os trabalhadores não conseguiriam trabalhar. São também estas defesas que evitam que o trabalhador experimente doenças mentais – o que não significa que não sofram (Dejours, 1987). Tais sujeitos, apesar das pressões que enfrentam, conseguem evitar a doença e a loucura, situação que não implica ausência de sofrimento e sofrimento que não exclui o prazer.

Alberto (2002), em estudo sobre o trabalho das meninas e dos meninos em condição de rua, também encontrou a relação medo e trabalho entre esses sujeitos: o principal medo que eles sentiam era o da violência, dos perigos e riscos decorrentes da condição de rua; mas havia aqueles que tinham medo de voltar para casa porque foram expulsos pela família; havia também o medo de o trabalho precoce gastar suas vidas e seus futuros.

Os sinais diretos do medo são apontados pelos trabalhadores nas pesquisas de Dejours (1987) como decorrentes das condições físicas e químicas de trabalho. Mas há também os sinais indiretos, como tensão nervosa, ansiedade, recusa às regras de segurança, negação do perigo etc. Este é um sofrimento que decorre da organização do trabalho.

No caso dos sujeitos em processo de desenvolvimento, o medo diz respeito à construção de sujeitos com baixa auto-estima, percepção negativa de si e dificuldade de potencializar enquanto sujeitos.

O trabalho precoce adultiza os sujeitos nele envolvidos, porque atribui responsabilidades e obrigações a crianças e adolescentes prematuramente. Estas responsabilidades prematuras têm conseqüências para a saúde, porque impedem o acesso desses sujeitos às vivências apropriadas e necessárias ao desenvolvimento, além de gerar um sentimento de sobrecarga, de perda, de pressão, de exploração, o que poderá levar, inclusive, ao desestímulo ao trabalho na vida adulta (Alberto, 2002).

Perspectivas de futuro

Ao se indagar sobre o que desejavam ser no futuro, eles listaram várias atividades profissionais como pode ser verificado na tabela abaixo.

Tabela 42 - Profissões que desejam exercer no futuro

Profissões	<i>n</i>	%
Vaqueiro	3	3,9
Militar	15	19,7
Professor	5	6,6
Trabalhador	5	6,6
Pedreiro	2	2,6
Advogado	2	2,6
Motorista/caminhoneiro	8	10,5
Médico/doutor	14	18,4
Artista	4	5,3
Bombeiro	1	1,3
Jogador de futebol	1	1,3
Jornalista	1	1,3
Empresário	1	1,3
Secretário	1	1,3
Engenheiro	1	1,3
Agricultor	1	1,3
Enfermeiro	1	1,3
Informática	1	1,3
Piloto de avião	1	1,3
Montador de móveis	1	1,3
Vendedor	7	9,2
Total	76	100,0

Todavia, a organização dos dados mostrou que esse futuro, traduzido em ocupações profissionais, permite visualizar-se o desejo de se exercer no futuro as seguintes ocupações: “representativas de uma cultura trabalhadora (operária, camponesa)”; “advindas de uma formação universitária”, “atividades profissionais que dão celebridade (artistas, jogadores)”; “atividades heróicas”.

Tabela 43 - Expectativas de futuro

Expectativas	<i>n</i>	%
Profissões Curso Superior	27	35,5
Cultura de trabalho/Trabalhador	25	32,9
Herói	16	21,2
Atividades artísticas, desportivas, celebridade	8	10,5
Total	76	100,0

Ao se analisar esses dados, eles revelam que, para os trabalhadores precoces no setor informal urbano, há construção de perspectivas de futuro, vislumbradas a partir de uma inserção profissional quando adultos. Esses dados mostram que esses sujeitos, apesar da inserção precoce que lhes rouba a infância, ainda conseguem ter desejos. Como a questão perguntava sobre o que se desejava ser no futuro, não possibilitou a compreensão que eles têm de que conseguirão ou não atingir esse desejo.

Alberto (2002), ao investigar o trabalho precoce no setor informal em condição de rua em João Pessoa, constatou que as perspectivas de futuro para eles caracterizam-se em “da ordem do desejo” e “da ordem da realidade”. Os dados permitiram inferir que a maioria dos meninos e das meninas não tinha expectativas do futuro. A diferença naquela pesquisa estava relacionada ao tipo de atividade que faziam. Os meninos vendedores que trabalhavam para a família acreditavam que seriam trabalhadores, mas poderiam ter um emprego melhor. Os vendedores e vendedoras que trabalhavam para um patrão e os olheiros não sabiam se teriam um futuro melhor, mas desejavam tê-lo. As meninas vitimizadas pela exploração sexual comercial acreditavam que não seriam nada, nem teriam futuro.

Para esse grupo aqui investigado, esse desejo, para ser alcançado, passa essencialmente pela escola. Estudar, para 83,8%, é esse meio. Verifica-se o papel importante que esse grupo atribui a escola, o de possibilitar a concretização de seus desejos. O que só vem confirmar as teses defendidas por alguns autores de que o instrumento mais eficaz para ser usado no enfrentamento do trabalho infantil é a escola e a oferta de escolarização (OIT, 2001; Fórum, 2004; Ferreira, 1979; Bataglia, 1993; Nogueira, 1993, Alberto, 2002). Um outro aspecto digno de nota diz respeito às teorias da educação que lhe atribuem o papel de transformadora da ordem social (Freire, 1982).

Dentro da perspectiva de futuro, ao se indagar se gostariam de deixar de trabalhar, 63% responderam que “não” e 37% responderam que “sim”. Dentre os que querem “permanecer”, 38% estão associadas às “necessidades financeiras”. Nas justificativas para quererem deixar, 53,6% são respostas que expressam um “sofrimento físico e psíquico” e 21% porque “faltam perspectivas”.

Futuro financeiro

Também se perguntou se, trabalhando nessa idade, o que eles teriam no futuro: 40,7% acham que terão um futuro financeiro “melhor” do que seus pais, 38,3% acham que será “igual” ao deles, e 21% acham que terão um futuro “pior” do que os pais.

Dois aspectos podem ser levados em conta para analisar esses dados sobre o futuro financeiro. As condições financeiras estão ligadas, dentre outros fatores, à inserção profissional, o que, na atual configuração do mundo do trabalho, liga-se diretamente à posse do capital cultural. O outro aspecto diz respeito às características do pensamento do sujeito em processo de desenvolvimento que, na infância, é permeado por certa visão mágica e, na adolescência, é messiânico, ou seja, é carregado de certa onipotência. Em ambos os casos, a forma do pensamento expressa que reside no próprio sujeito – dadas as características egocêntricas – a capacidade de resolver, ou achar solução para todas as dificuldades. Considerando-se estes aspectos psicológicos do desenvolvimento, sem se desconsiderar os fatores sociais inerentes ao desenvolvimento de cada indivíduo em sua cultura, poderia se considerar que estes fatores seriam impeditivos para que os meninos e meninas desconheçam quanto o trabalho precoce pode afetar-lhes o desenvolvimento psicossocial, e, em especial, as suas perspectivas de futuro.



Considerações finais

O trabalho infantil em Guarabira ocupa o 11º lugar no ranking do estado da Paraíba e o 10º em atividades perigosas desempenhadas pelos sujeitos nesta faixa etária.

Com relação à idade em que começaram a trabalhar, apareceram crianças com 3 anos de idade. Todavia os dados mostram que a faixa etária mais vulnerável a iniciar-se no trabalho, nas atividades informais de rua, é de 7 a 12 anos, o que possibilita a compreensão de que essas são as idades que demandam maior número de políticas públicas e maior investimento e eficiência na educação para esses sujeitos.

Os sujeitos trabalham em atividades informais urbanas em condição de rua, com número significativo em feiras e mercados. A explicação para isto pode advir do fato de que a principal atividade econômica do município é o comércio. A primeira atividade de trabalho, para 62% dos sujeitos, foi a de vendedor e, para 25,9% a de fretista.

Os dados revelaram que o principal motivo para as crianças e adolescentes do município de Guarabira começarem a trabalhar no setor urbano informal é financeiro. Quanto menos ganha a família, mais cedo a criança começa a trabalhar. Mas ele, por si só, não explica a manutenção na atividade. As políticas públicas em execução não são impeditivas do trabalho infantil. Todavia, há outros fatores que podem explicar a manutenção desse sujeitos no trabalho: a falta de escolas, a desmotivação com a escola pouco atraente, pouco promissora, a inabilidade da escola para trabalhar com estes sujeitos, a falta de outras políticas sociais, como lazer e formação profissional para o adolescente, além da cultura familiar que incentiva o trabalho precoce.

Quanto à família, a maioria é originária do próprio município. Aqueles originários de outra cidade migraram para Guarabira em busca de melhores condições econômicas e de vida. A participação da família em programas de assistência é de 91,4%, predominando o “bolsa escola” com 72,8%. A maioria dos pais trabalha (75,3%), enquanto as mães apenas 38,8%. Sendo que, em 13,6% dos casos, os pais estão ausentes. No que diz respeito à renda mensal, 24,7% recebem de ½ até 1 salário mínimo e 19,8% dos casos recebem até ½ salário mínimo.

As crianças e adolescentes precocemente inseridas no trabalho no setor informal urbano na cidade de Guarabira desempenham as atividades de “vendedor” (37%), “fretista” (35,8%), “feirante” (16%) e “olheiro” (11,1%).

Os dados revelaram que 45,7% dos meninos e meninas trabalham para a família, 35,8% são autônomos, trabalham para si, e 18,5%, para um patrão. No que diz respeito à renda *per capita*, os dados mostram que os sujeitos recebem valores semanais que variam de R\$ 1,00 a R\$ 50,00. Entretanto 67,5% recebem entre R\$ 1,00 e R\$ 10,00.

Os dados revelam que 69,1% dos sujeitos trabalham de 1 a 3 dias, 14,8% trabalham 6 dias, 45,6% dos sujeitos trabalham de 5 a 8 horas diárias e 32,1% dos sujeitos entrevistados declararam que trabalhavam em outras atividades, além do informal urbano em condição de rua. O que pode explicar o fato de que 34,6% se sentem “muito cansados” e 32,1% se sentem “cansados” depois de um dia de trabalho.

No que diz respeito à escolaridade, 98,8% estudam, sendo que 92,5% no ensino fundamental, mas 97% apresentam defasagem escolar, com 73,8% de reprovação (pelo menos uma vez). As meninas apresentam maior defasagem, entre 1 e 2 anos de trabalho, e os meninos apresentam maior defasagem para quem tem de 3 a 8 anos de trabalho, o que significa que, ao longo do tempo, os meninos ou são mais reprovados, ou desistem mais do que as meninas. Quanto maior o tempo de trabalho, ou quanto mais cedo começaram a trabalhar, maior a defasagem escolar. Os principais motivos pelos quais foram reprovados dizem respeito à relação com a “estrutura escolar” (66,1%) e o “trabalho” (27,1%).

É possível compreender que todas as tarefas demandam exigências físicas e psíquicas. Desempenhadas por crianças a partir de 8 anos de idade, podem ser nocivas para o seu desenvolvimento. São tarefas que requerem movimentos repetitivos e levantamento de pesos. Além disso, essas tarefas as expõem a esforços físicos, a posturas inadequadas ou incômodas, como, por exemplo, coluna curvada ou o peso do corpo sobre as pernas dobradas ou de cócoras. O desempenho das tarefas pode causar sérios danos à saúde desses sujeitos em processo de desenvolvimento, por um processo lento de degeneração orgânica após vários anos de trabalho. Os dados revelaram que 37% gostariam de deixar de trabalhar. Os motivos alegados estão associados ao sofrimento físico e psíquico.

Identificou-se a presença de uma série de riscos: físicos, biológicos, químicos, ergonômicos, psicológicos e sociais. Em termos de riscos físicos, os cinco que mais apareceram foram: “temperatura”, “umidade”, “radiações”, “ruídos”, “iluminação excessiva” (todos relacionados à exposição ao sol). Dentre os riscos químicos, os que mais apareceram foram os “gases tóxicos”. São substâncias que se encontram suspensas no ar na forma sólida: referiam-se a “poluição”, “fuligem” e “fumaça dos carros”. Os riscos biológicos que mais apareceram foram “vírus”, “bactérias”, “mordida de animais”, “insetos”, “cobras e escorpiões”. Os riscos ergonômicos permitem vislumbrar as exigências físicas desta atividade no setor informal urbano em condição de rua, uma vez que demanda “posições corporais forçadas”, com o corpo curvado.

Os dados revelaram dois tipos de riscos psicológicos: um de caráter cognitivo e outro de caráter afetivo-emocional. Os que mais se sobressaíram, tanto em constância, como em percentual, foram os cognitivos (dificuldades “de aprender matemática”, “ler na escola”, “para expressar uma idéia”, “repassar uma informação”, “escrever na escola”, “compreender uma informação”). Os riscos afetivo-emocionais dizem respeito ao sentimento que constroem quanto ao que fazem e ao medo que sentem da relação entre o trabalho e o futuro. O cansaço apareceu como queixa física e relacionado ao comprometimento do estudo, o que pode acabar desestimulando e provocando a chamada evasão escolar.

O trabalho precoce adultiza as crianças e adolescentes nele envolvidos, porque lhes atribui responsabilidades e obrigações de forma prematura, com conseqüências para a saúde, uma vez que impede o acesso desses sujeitos às vivências apropriadas e necessárias ao desenvolvimento, além de gerar um sentimento de sobrecarga, de perda, de pressão, de exploração e de baixa auto-estima.

Com relação aos riscos sociais, os que mais apareceram foram que o trabalho precoce “não dará formação profissional para o futuro” (42,9%) e “envelhecer antes do tempo” (35,1)%. Vale ressaltar que os riscos sociais tanto podem referir-se a vulnerabilidade às condições de trabalho, como as implicações psicossociais para o seu desenvolvimento, afetando a sua cidadania.

A organização dos dados permite visualizar o desejo de se exercer no futuro as seguintes ocupações: “representativas de uma cultura trabalhadora (operária, camponesa)”; “advindas de uma formação universitária”, “atividades profissionais que dão celebridade (artistas, jogadores)” e “atividades heróicas”.

Recomendações

1. Investir na escola para que ela se mostre atrativa, ocupe o tempo integral da criança como forma de retardar o ingresso desses sujeitos no mercado de trabalho informal em condição de rua.
2. Ações mais contundentes de fiscalização e de conscientização dos pais e empregadores por parte dos Conselhos Tutelares nas atividades urbanas informais em condição de rua, principalmente feiras livres.
3. Ações ininterruptas de conscientização das famílias e da comunidade em geral, a fim de evitar um mercado que oportuniza a inserção precoce no trabalho, consome e agencia via rede de relações sociais.
4. Investir em programas de geração de renda para as famílias.
5. Além da continuidade, atrelar os programas de renda mínima, cujas famílias beneficiadas têm crianças e adolescentes até 16 anos, à proibição de que eles trabalhem e à obrigatoriedade de freqüentarem a escola e “provarem” rendimento escolar.
6. Fortalecer uma articulação mais estreita com as escolas para se promover educação integral e de qualidade.
7. Ênfase nas jornadas ampliadas, por parte dos gestores públicos, no sentido de potencializar como espaços adequados para incentivo e melhoria do processo educativo e de formação da cidadania.
8. Efetivo controle da execução do PETI pela Comissão Estadual e pelas Comissões Municipais de Erradicação do Trabalho Infantil, inclusive com a aplicação de indicadores de verificação da melhoria do nível educacional das crianças e adolescentes inseridos no Programa e com a cobrança do cumprimento do critério que versa sobre a participação das famílias em atividades sócio-educativas e de geração de renda.
9. Incremento e expansão dos programas de formação de adolescentes e inclusão adequada e protegida no mercado de trabalho.

Referências

- ALBERTO, M. F. P. *A dimensão subjetiva do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua em João Pessoa (PB)*. 305f. 2002. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- ALBERTO, M. DE F. P.; COSTA, E. A. DE P.; BRUCK, F. *Relatório final da atividade de extensão. João Pessoa: Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares, Universidade Federal da Paraíba, 1997.*
- ALBERTO, M. de F. P. (Org.) (2003). *Crianças e adolescentes que trabalham: cenas de uma realidade negada*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- ATHAYDE, M. R. C. de . *Gestão coletivos de trabalho e modernidade: questões para a Engenharia de Produção*. 1993. 260 f. Tese (Doutorado Engenharia da Produção)- Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1993.
- BATTAGLIA, L. *Meninos de rua: uma redução analítica da pobreza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério do Bem-Estar Social, CBIA, DIEST, 1993.
- BOURDIEU, P. *Reprodução cultural e reprodução social*. In: MICELI, S. (Org.). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BOURDIEU, P.; PASSERÓN, J. C. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Criança. *Estatuto da criança e do adolescente, Lei 8.069/90*. Brasília, 1991.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Leis de Diretrizes e Bases - Lei Federal nº 9.394*. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. *Trabalho infantil: desafio à sociedade - Avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no período 1996/97*. Brasília: Secretaria de Estado de Assistência Social/MPAS, 1999.
- BRITO, J. C. de; PORTO, M. F. de S. *Processo de trabalho, riscos e cargas à saúde*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, 1991. Apostila desenvolvida para o curso de especialização em saúde do trabalhador e ecologia humana.
- BRITO, F. DA A.; TEIXEIRA, D. de M. *Análise do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI na área rural*. In: ALBERTO, M. de F. P. (Org.). *Crianças e adolescentes que trabalham: cenas de uma realidade negada*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. p. 297-301.
- CARRAHER, T. N. *Sociedade e inteligência*. São Paulo: Cortez, 1989.
- CERVINI, R.; BURGER, F. *O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80*. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.). *O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80*. São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 17-46; 227-242.
- CRU, D. *Collectif et Travail de Métier; sur la Notion de Collectif de Travail*. In: DEJOURS, C. (Org.). *Plaisir et Souffrance dans le Travail*. Paris: AOCIP, CNRS, 1987. p. 43-49.
- DAUSTER, T. *Uma infância de curta duração. Trabalho e escola*. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.82, 1992.
- DE LUCA, T. R. *Direitos sociais no Brasil*. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. (Orgs.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

- DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho.** São Paulo: Atlas, 1994.
- DEJOURS, C. **A loucura no trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.** São Paulo: Cortez-Oborê, 1987.
- DOMINGOS, M. S. S. R.; SILVA, R. M. P. da; TEIXEIRA, D. de M. Impactos do PETI na realidade de trabalho de crianças e adolescentes de João Pessoa. In: Alberto, M. de F. P. (Org.). **Crianças e adolescentes que trabalham: cenas de uma realidade negada.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. p.277-288.
- ESTRELA, M. do S. **O trabalho infanto-juvenil enquanto violência aos direitos humanos de escolarização: o caso dos meninos trabalhadores na cultura do abacaxi.** 2004. Monografia. Especialização em Direitos Humanos, Departamento de Filosofia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.
- FERREIRA, R. M. F. **Meninos de Rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo.** São Paulo: CEDEC, 1979.
- FORASTIERI, V. **Children at work: health and safety risks.** Geneva: International Labour Office, 1997.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL. **A evolução do trabalho infantil no Brasil de 1999 a 2001.** Brasília: UNICEF, 2004.
- HIRATA, H. S. Division internationale, division sexuelle du travail et santé. In: SÉMINAIRE FRANCO BRESILIEN. **Emploi, division du travail, division des risques et santé.** São Paulo: Université de São Paulo, 1984. p. 1-17.
- HIRATA, H. S. Rapports sociaux de sexe et psychopathologie du travail. In: DEJOURS, C. (Dir.). **Plaisir et Souffrance dans le travail.** Orsay: AOCIP, 1988. p. 131-163. t 2.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2000.** Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso: 10/2005.
- _____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD. Trabalho infantil 2001.** Rio de Janeiro: IBGE/OIT, 2003.
- KASSOUF, A. L. **Análise do trabalho infantil com base nos dados da PNAD de 2001 para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maranhão e Paraíba.** Piracicaba, 2004. Mimeografado.
- _____. **Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil na Brasil.** Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002.
- KERGOAT, D. Por uma problemática do processo de trabalho doméstico. In: KARTCHEVSKY, BULBORT, A. et al. **O sexo do trabalho.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-112.
- KOWARICK, L. **Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil.** 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- KRAMER, S.; LEITE, M. I. et al. **Infância: fios e desafios da pesquisa.** Campinas: Papyrus, 1996.
- LAUTIER, B. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. In: **Contemporaneidade e Educação,** Rio de Janeiro, ano 2, n. 1, p. 59-62, 1997.
- MACEDO, M. B. F. **En Tissant Voiles et Linceuls – le rapport travail santé des ouvrières de Rio Tinto Nordeste du Brésil – Une Analyse des Rapports sociaux de Classe et de Sexe .** 1993. 489 p. Thèse (Doctorat em Sociologie du Travail) Université Paris 7. Paris. 1993.
- MADEIRA, F. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou reclusão. In: MADEIRA, F. (Org.). **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil.** Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. p. 45-133.

- MEIRELLES, Z. V. **Vida e trabalho de adolescentes no narcotráfico numa favela no Rio de Janeiro**. 1998. 100 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)– Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro. 1998.
- MOREIRA, M. I.; STENGEL, M. (Org.). **Narrativas infanto-juvenis sobre o trabalho doméstico**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003.
- MOREIRA, E. R. F. et al. **Os caras pintadas de suor e fuligem da cana**. Relatório técnico de pesquisa. João Pessoa:, UFPB: CNPq, 1995 .
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 1997.
- NOGUEIRA, M. A. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- OLIVEIRA, F. **O informal revisitado: Brasil e grandes regiões nos anos 80**. Relatório Final. São Paulo: CEBRAP, 1990.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Combatendo o trabalho infantil: guia para educadores**. Brasília: IPEC, 2001.
- OIT; ANDI. **Trabalho infantil e gênero: uma leitura da mídia do Mercosul**. Brasília: OIT/ANDI, 2003.
- PCNs: Parâmetros Curriculares Nacionais –Fáceis de Entender de 1ª a 4ª série. **Revista Nova Escola** – edição especial. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso: 10/2005.
- PORTO, M. F. de S. **Análise de riscos nos locais de trabalho: conhecer para transformar**. In: **Cadernos de Saúde do Trabalhador**, Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador, São Paulo: Kingraf, jun, p. 1-42, 2000.
- QUADROS, W. J. de. **O desemprego juvenil no Brasil dos anos noventa**. In: **Cadernos do CESIT**, Campinas, n.31, 2001.
- RIBEIRO, D. **O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- RIZZINI, I. et al. **A criança e o adolescente no mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária: Amais, 1996.
- RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **Menores institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de 80**. In: FAUSTO, Ayrton; CERVINI, Ruben. **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 69-90.
- SARTI, C. A. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas: Autores Associados, 1996.
- SILVA, E. F.; LINS, M. H. S. de F; NUNES, B. de O.; BARBOSA, M. do S. B. **Relatório de pesquisa sobre acidentes na construção civil**. João Pessoa: SEAMPO/Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, 1994.
- TAVARES, M. A. **Onde está Kelly? O trabalho oculto de crianças e adolescentes exploradas nos serviços domésticos na cidade do Recife**. Recife: CENDHEC, 2002.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

Anexos

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES, SETOR DE ESTUDOS E ACESSORIA A MOVIMENTOS POPULARES – SEAMPO, GRUPO DE TRABALHO PRECOCE SUBJETIVIDADE E GÊNERO
MOVIMENTO LEIGO AMÉRICA LATINA - MLAL
ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT

INFORMAL DE RUA (Questionário)

1. Ano:
2. Município:
3. Local em que foi encontrado:

Artigo I. DADOS SÓCIO-DEMOGRÁFICOS

4. Nome:
5. Idade:
6. Data de nascimento:
7. Sexo:
 - 7.1 Feminino
 - 7.2 Masculino
8. Endereço em que reside:
9. Zona:
 - 9.1 Rural
 - 9.2 Urbana
10. No Brasil existem pessoas de diversas raças. Na sua opinião, qual a raça que você pertence?
 - 10.1 branca
 - 10.2 negra
 - 10.3 mulata
 - 10.4 amarela
 - 10.5 outra. Qual
11. Filiação: Nome do Pai:
12. Filiação: Nome da mãe:
13. Seu pai trabalha?
 - 13.1 Sim (Ir para a questão 14)
 - 13.2 Não (Ir para a questão 15)
 - 13.3 Falecido (Ir para a questão 15)
 - 13.4 Não conhece (Ir para a questão 15)
 - 13.5 Conhece, mas não mora com ele (Ir para a questão 15)
14. Em que?
 - 14.1 Não se aplica
15. Sua mãe trabalha?
 - 15.1 Sim (Ir para a questão 16)
 - 15.2 Não (Ir para a questão 17)
 - 15.3 Falecida (Ir para a questão 17)
 - 15.4 Não conhece (Ir para a questão 17)
 - 15.5 Conhece, mas não mora com ela (Ir para a questão 17)
16. Em que?
 - 16.1 Não se aplica
17. Qual a renda da sua família por mês? (JUNTANDO TUDO O QUE TODOS GANHAM DÁ QUANTO?)
- 18a. Quantas pessoas moram juntas na casa da sua família? 18b,c,d. Qual o grau de parentesco, em que trabalham e quanto ganham?
- 18b. Grau de Parentesco
- 18c. Ocupação
- 18d. Remuneração
19. De onde (município) é sua família? (Se for original do lugar ir para a questão 21)
20. Por que veio para este município?
 - 20.1 Não se aplica

ATIVIDADE

21. Você trabalha em que?
 22. Você trabalha:
 - 22.1 Zona rural
 - 22.2 Zona urbana
 23. O que você faz nesse trabalho? (RM)
 - 23.1 Seleciona frutas
 - 23.2 Ensaca frutas
 - 23.3 Descarrega carro
 - 23.4 Organiza produtos
 - 23.5 Transporta em carro de mão
 - 23.6 Transporta em bicicleta
 - 23.7 Transporta caixotes sozinhos
 - 23.8 Transporta caixotes com ajuda
 - 23.9 Transporta em caixas de isopor
 - 23.10 Demonstra produtos à porta dos carros
 - 23.11 Demonstra em mostruários
 - 23.12 Oferece no sinal de trânsito
 - 23.13 Oferece na feira
 - 23.14 Oferece nas casas
 - 23.15 Oferece nos bares
 - 23.16 Vende
 - 23.17 Faz entregas
 - 23.18 Guarda as sobras dos produtos
 - 23.19 Limpa, varre e recolhe o lixo
 - 23.20 Olha carro
 - 23.21 Indica o lugar
 - 23.22 Ajuda os motoristas a estacionar
 - 23.23 Pára o trânsito para a manobra
 - 23.24 Lava carro
 - 23.25 Encera carro
 - 23.25 Carrega baldes d'água
 - 23.26 Carrega balaio na cabeça
 - 23.27 Carrega sacolas ou bolsas
 - 23.28 Pesa produtos
 - 23.29 Outros. Quais
24. O que mais gosta nesse trabalho?
25. Por que?
26. O que menos gosta?
27. Por que?
28. Como você se sente depois de um dia de trabalho?
29. Além desse trabalho você faz outro trabalho atualmente?
 - 29.1 Sim (Ir para a questão 30)
 - 29.2 Não (Ir para a questão 31)
30. Qual?
 - 30.1 Não se aplica
31. Com que idade você começou a trabalhar?
32. Qual foi sua primeira atividade de trabalho?
 - 32.1 A mesma que realiza hoje (Ir para a questão 34)
 - 32.2 Outra. Qual?
33. Por que você começou a trabalhar nesta atividade indicada na questão anterior?
34. Com que idade começou a trabalhar como?(indicar atividade da q. 21)
 - 34.1 Não se aplica
35. Por que você foi trabalhar como? (indicar atividade da q. 21)
 - 35.1 Não se aplica
36. Para quem você trabalha?
 - 36.1 Para a sua família
 - 36.2 Para um patrão
 - 36.3 Para você
37. Como você aprendeu a trabalhar?
 - 37.1 Treino (alguém ensinou)
 - 37.2 Observação
 - 37.3 Prática (aprendeu fazendo)
38. Quando você não está trabalhando (ou ajudando) o que faz no tempo restante?
 - 38.1 brinca
 - 38.2 estuda
 - 38.3 outra atividade (especificar)
39. O que você ganha?
 - 39.1 Dinheiro
 - 39.2 Presentes (Ir para a 41 em diante)
 - 39.3 Só Comida (Ir para a 41 em diante)
 - 39.4 Comida e presentes (Ir para a questão 41)
 - 39.5 Outra(s). (especificar)
 - 39.6 Não se aplica
40. Você ganha por semana (em R\$)?
 - 40.1 1 à 10 reais;
 - 40.2 11 à 20 reais;
 - 40.3 21 à 30 reais;
 - 40.4 31 à 40 reais;
 - 40.5 41 à 50 reais;
 - 40.6 51 à 100 reais;
 - 40.7 101 à 200 reais.
 - 40.8 mais de 200 reais. Quanto?
 - 40.9 Não se aplica
41. Qual turno você trabalha?
 - 41.1 Diurno
 - 41.2 Noturno
 - 41.3 Ambos
42. Você trabalha por dia?
 - 42.1 1 à 2 horas;
 - 42.2 3 à 4 horas;
 - 42.3 5 à 8 horas;
 - 42.4 9 à 12 horas;
 - 42.5 Mais de 12 horas. Quantas?
43. Que horas você começa a trabalhar?
44. Que horas você pára?
45. Tem pausas durante as horas de trabalho?
 - 45.1 Sim (Ir para a questão 46)
 - 45.2 Não (ir para a questão 48)
 - 45.3 Não se aplica
46. Quanto tempo de pausa?
 - 46.1 Não se aplica
47. Em que horários?
 - 47.1 Não se aplica
48. Você trabalha por semana?
 - 48.1 1 à 3 dias;
 - 48.2 4 à 5 dias;
 - 48.3 6 dias
 - 48.4 7 dias.

ESCOLARIDADE

- 49a. Atualmente você estuda?
 - 49.1 Sim (Ir para a questão 52)
 - 49.2 Não (Ir para a questão 49b)
- 49b. Você já estudou anteriormente?
 - 49.b.1 Sim (Ir para a questão 51)
 - 49.b.2 Não (Ir para a questão 50)
 - 49.b.3 Não se aplica
50. Por que você nunca estudou (ir para 59)?
 - 50.1 Não se aplica
51. Por que parou de estudar (ir para 53)?
 - 51.1 Não se aplica
52. Já foi reprovado (a) na escola (perdeu algum ano, repetiu)?
 - 52.1 Sim (Ir para a questão 53)
 - 52.2 Não (Se estuda ir para 57, caso contrário ir para 55)
 - 52.3 Não se aplica
53. Por que foi reprovado (a)?
 - 53.1 Não se aplica
54. Quantas vezes você foi reprovado?
 - 54.1 1 vez;
 - 54.2 2 vezes;
 - 54.3 3 vezes;
 - 54.4 Mais de 3 vezes. Quantas vezes?
 - 54.5 Não se aplica
55. Gostaria de começar ou retomar os estudos?(Só para quem não estuda)
 - 55.1 Sim (Ir para a questão 56)
 - 55.2 Não (Ir para a questão 57)
 - 55.3 Não se aplica
56. O que precisa para você começar ou retomar os estudos? (ir para questão 58)
 - 56.1 Não se aplica
57. Qual série e grau você estuda atualmente?
 - 57.1 Alfabetização;
 - 57.2 1ª Série do Ensino Fundamental;
 - 57.3 2ª Série do Ensino Fundamental;
 - 57.4 3ª Série do Ensino Fundamental;
 - 57.5 4ª Série do Ensino Fundamental;
 - 57.6 5ª Série do Ensino Fundamental;
 - 57.7 6ª Série do Ensino Fundamental;
 - 57.8 7ª Série do Ensino Fundamental;
 - 57.9 8ª Série do Ensino Fundamental;
 - 57.10 1ª Série do Ensino Médio;
 - 57.11 2ª Série do Ensino Médio;
 - 57.12 3ª Série do Ensino Médio.
 - 57.13 Não se aplica

EXPECTATIVAS DE FUTURO

58. O que você deseja ser no futuro?
 59. O que você precisa fazer para conseguir isso?
 60. Sua família ou você participa atualmente de algum programa de assistência? (Respostas Múltiplas)
- | | | | |
|------|--------------------------------|-------|--------------------|
| 60.1 | PETI | 60.6 | Pão e Leite |
| 60.2 | Bolsa Escola | 60.7 | Sentinelas |
| 60.3 | Bolsa Família | 60.8 | Fardamento e Livro |
| 60.4 | Vale Gás | 60.9 | Outros. Qual? |
| 60.5 | Baixa Renda (Energia elétrica) | 60.10 | Não participa |

Artigo I. RISCOS

61. Quais desses Riscos Físicos lhe afetam nas suas atividades como trabalhador (a) e em que intensidade? (RESPOSTAS MÚLTIPLAS – RM)

	Nada	Pouco	Médio	Muito	N/Sabe
61.1. Ruídos (barulhos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
61.2. Vibrações (tremores de instrumentos ou máquinas)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
61.3. Radiações (Luz solar, Raios-X, microondas, solda)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
61.4. Temperaturas (Calor ou frio)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
61.5. Iluminação deficiente ou excessiva (pouca ou muita)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
61.6. Umidade (chuva, molhada)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
61.7. Eletricidade (choque)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
61. Outros. Quais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

62. Quais desses Riscos Químicos lhe afetam nas suas atividades como trabalhador (a) e em que intensidade? (RM)

	Nada	Pouco	Médio	Muito	N/Sabe
62.1. Produtos químicos em geral (produtos de limpeza, inseticida, veneno).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62.1.1 Qual?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62.2. Poeira (pó)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62.3. Fumos (poluição, fuligem, fumaça)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62.4. Vapores (líquido)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62.5. Gases (gás butano, ou outro gás)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
62. Outros. Quais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

63. Quais desses Riscos Biológicos lhe afetam nas suas atividades como trabalhador (a) e em que intensidade? (RM)

	Nada	Pouco	Médio	Muito	N/Sabe
63.1 Vírus (gripes e febres)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
63.2 Bactérias (tuberculose, cólera e sífilis)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
63.3 Fungos (mofo)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
63.4 Insetos, cobras, escorpiões e outros animais. Quais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
63.5 Parasitas (fezes, vermes)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
63.6 Animais (mordida de cães, gato ou outro animal)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
63.7 Animais em decomposição animal morto, podre)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
63. Outros. Quais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

64. Quais desses Riscos Ergonômicos lhe afetam nas suas atividades como trabalhador (a) e em que intensidade? (RM)

	Nada	Pouco	Médio	Muito	N/Sabe
64.1. Pegar peso	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
64.2. Posturas corporais forçadas (em pé ou sentado muito tempo, curvado)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
64.3. Jornadas prolongadas de trabalho, (trabalhar muitas horas seguidas)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
64.4. Noturno (de noite impedindo de dormir uma noite de sono, dorme pouco)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
64.5. Trabalho em turno (por revezamento, dias de dia e dias de noite)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
64.6. Pressão dos patrões (patrão reclamando, apressando, acusando, responsabilizando, ameaças)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
64.7. Movimentos repetitivos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
64.8. Ritmos intensos (pouco tempo para muita tarefa)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
64.9. Responsabilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
64.10. Competição	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
64.11. Conflitos (brigas, discussões)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
64.12. Não há divisão de tarefas (faz tudo sozinho (a))	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
64. Outros. Quais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

65. Quais desses Riscos de Acidentes lhe afetam nas suas atividades como trabalhador (a) e em que intensidade? (RM)

	Nada	Pouco	Médio	Muito	N/Sabe
65.1 Arranjo físico deficiente (falta de espaço entre bancas, falta de lugar para descansar ou alimentar)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Nada Pouco Médio Muito N/Sabe

- 65.2 Falta de acessos seguros para trabalhadores
 65.3 Piso defeituoso
 65.4 Áreas sem grades de proteção
 65.5 Transporte inadequado
 65.6 Equipamentos sem proteção
 65.7 Materiais inflamáveis (que pegam fogo ou explosivos)
 65.8 Instrumentos de trabalho defeituosos ou inadequados
 65.9 Contusões
 65.10 Cortes
 65.11 Esmagamento
 65.12 Atropelamento
 65.13 Queda
 65. Outros. Quais

66. Quais desses Riscos Sociais lhe afetam nas suas atividades como trabalhador (a) e em que intensidade? (RM)

	Nada	Pouco	Médio	Muito	N/Sabe
66.1 O trabalho que você faz hoje não lhe dará formação para o futuro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
66.2 Violência. De que tipo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
66.3 Socialização desviante (contatos com drogas, álcool)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
66.4 Mora em alojamentos, alimenta-se de bôia fria	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
66.5 Envelhecer antes do tempo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
66. Outros. Quais?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

67. Quais desses Riscos Psicológicos lhe afetam nas suas atividades como trabalhador (a) e em que intensidade? (RM)

	Nada	Pouco	Médio	Muito	N/Sabe
67.1 Ficar adulto antes do tempo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
67.2 Sentimento de desamparo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
67.3 Humilhação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
67.4 Maus tratos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
67.5 Assédio (faltou com respeito, deu em cima)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
67.6 Perda do tempo da infância (de brincar)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
67.7 Dificuldade para aprender a ler na escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
67.8 Dificuldade para escrever na escola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
67.9 Dificuldade para aprender matemática	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
67.10 Dificuldade de expressar sentimentos ou emoções (ficar insensível, dificuldade de se emocionar de sensibilizar-se)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
67.11 Sentimento de incapacidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
67.12 Dificuldade para compreender uma informação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
67.13 Dificuldade para repassar uma informação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
67.14 Dificuldade para expressar (dizer em palavras o que pensa) uma idéia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

68. Trabalhando nessa idade fará você, no futuro:

- 68.1 Financeiramente igual aos seus pais
 68.2 Financeiramente melhor que seus pais
 68.3 Financeiramente pior que seus pais

69a. Você gostaria de deixar de trabalhar nesta atividade?

- 69a.1 Sim (ir para questão 69b)
 69a.2 Não (ir para questão 69c)

69b. Por que?

69c. Por que?

70. Se você for uma das pessoas contempladas com o projeto, encontraremos você:

- 70.1 Neste endereço que deu no início? ou
 70.2 Em outro endereço? (indicar o endereço ou contato)

71. Você conhece algum menino ou menina que trabalha nesse mesmo tipo de atividade e que tem no máximo 18 anos de idade?

- 71.1 Sim
 71.2 Não

72. Pode me levar até ele/ela? ou dizer como encontrá-la?

- 72.1 Sim
 72.2 Não



Organização
Internacional do Trabalho

Programa Internacional
para Eliminação do
Trabalho Infantil - IPEC